



Nº 1151 - Semanal  
0,50 €

25 Abril 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvano Gomes da Silva  
Internet [www.partido-socialista.pt/accao](http://www.partido-socialista.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

## 29º ANIVERSÁRIO DO PS

Mais três mil novos militantes reafirmam confiança e apoio ao projecto do Partido Socialista.

Os jardins do Rato são um cenário muito diferente daquele que, a 19 de Abril de 1973, acolheu os 27 delegados que decidiram transformar a ASP em Partido Socialista.

Passaram-se 29 anos desde a (re)fundação do PS. O Sol abrilhantou Lisboa, como outrora a neve, em Bad Münstereifel, preservou aquele momento solene.

Na Sede Nacional assinalou-se a efeméride. Abriam-se as portas aos rostos de hoje que, somados aos do passado, assinaram compromissos de futuro, baseados nos ideais intemporais do socialismo democrático.

O secretário-geral deu as boas-vindas, mas os convivas já se sentiam em casa.



### COMISSÃO NACIONAL APONTA BATERIAS CONTRA O GOVERNO DAS "TRÊS MISTIFICAÇÕES"

► Página 4



A PRESIDENTE DA DELEGAÇÃO FRANCESA NO PE, PERVERNCHÉ BÉRES, ANALISA PARA O "ACÇÃO SOCIALISTA" O RESULTADO DAS PRESIDENCIAIS FRANCESAS

► Página 7

### GRUPO PARLAMENTAR REJEITA EXTINÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

► Página 3

INTERNACIONAL SOCIALISTA REUNIDA EM MADRID PROPÕE CONFERÊNCIA DE PAZ PARA O MÉDIO ORIENTE

► PÁGINA 9

# A SEMANA REVISTA

---

Os jardins do Rato foram o palco para a cerimónia do 29º aniversário do PS que este ano se consubstanciou numa sessão de boas-vindas aos novos militantes.

A primeira reunião Comissão Nacional do PS após as legislativas deu o seu acordo às propostas oriundas do Secretariado Nacional de preparação do Congresso de Novembro e teceu duras críticas ao Governo pelas suas mistificações.

Teve lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional.

A Comissão Europeia confirma que o défice português em 2001 foi de 2,75 por cento do PIB.

Jorge Sampaio presidiu às sessões de encerramento da II Convenção por Timor-Leste e ao VIII Congresso da ANAFRE.

Presidida por António Guterres, reuniu-se em Madrid a Internacional Socialista para debater a situação no Médio Oriente.

A maioria parlamentar de direita decidiu extinguir a Comissão de Assuntos Europeus no preciso momento em que se debate em sistema de Convenção a criação de uma Constituição europeia.

O Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, iniciou uma visita oficial ao nosso país.

---

## O GOVERNO DE TANGA

... O quê?! Não consegue ver Durão e Portas de tanga?  
Parabéns, você é um leitor sensato. Nunca duvidámos.  
Afinal, segundo a UE, isto não está assim tão mal.

## O candidato Durão Barroso nas eleições prometeu aos portugueses baixar os impostos, e o primeiro-ministro Durão Barroso mal chega ao Governo a primeira coisa que faz é anunciar o aumento do IVA.

EDITORIAL

## CANDIDATO VERSUS PRIMEIRO-MINISTRO

Durante a campanha eleitoral Durão Barroso ergueu como principal bandeira o choque fiscal que consistia, fundamentalmente, na diminuição de impostos, baixando de 30 para 20 por cento o IRC e de 40 para 35 por cento o escalão mais alto do IRS, e mexer nos restantes escalões sem no entanto quantificar essa alteração.

O líder do PSD fez esta promessa como receita para retirar Portugal do "caos económico" em que o próprio dizia que o País se tinha tornado.

Ao mesmo tempo Durão Barroso afirmava que era preciso proceder a uma auditoria às contas públicas, porque, segundo os seus cálculos, o défice se situava nos 5 por cento.

Ganhas as eleições, Durão Barroso decreta a crise e dá orientações precisas aos membros do seu Governo para funcionarem como repetidores de slogans como "o País está de tanga" ou "a situação económica é própria de países do Terceiro Mundo".

O objectivo é simples. É preciso convencer os portugueses de que os socialistas são uns incompetentes na área financeira, arrastaram o País para a crise e por isso é impossível cumprir as promessas eleitorais.

A realidade é bem diferente. O candidato Durão Barroso nas eleições prometeu aos portugueses baixar os impostos, e o primeiro-ministro Durão Barroso mal chega ao Governo a primeira coisa que faz é anunciar o aumento do IVA. E não vale a pena vir com o argumento do défice para justificar o que em rigor é o não

cumprimento de uma promessa, porque Durão Barroso quando anunciava baixar os impostos também dizia que o défice seria da ordem dos 5 por cento. Ora, na passada semana a Comissão Europeia anunciava valores provisórios para o défice de 2001 valores muito abaixo dos tais cinco por cento.

Facilmente se conclui que Durão Barroso iniciou muito mal o seu mandato governativo. E deu um argumento aos que criticam os políticos por muito prometerem na altura de pedir votos e pouco concretizarem quando chegam ao poder. Em democracia não vale tudo. O respeito que exigimos para nós próprios deve começar pelo respeito para com os nossos concidadãos.

No mínimo, Durão Barroso faltou ao respeito aos portugueses.



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

### CONFERÊNCIA DE LÍDERES

## ANTÓNIO COSTA CONTRA EXTINÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

O líder parlamentar do PS, António Costa, alertou que a Assembleia da República poderá "cair no ridículo" perante a União Europeia, se passar a ser o único parlamento nacional sem uma Comissão de Assuntos Europeus.

António Costa falava após a reunião da conferência de líderes parlamentares, na qual o PSD apresentou uma proposta para que os assuntos europeus e a política externa fiquem agregados numa mesma comissão.

"Essa lógica de acabar com a autonomia da Comissão de Assuntos Europeus é tanto mais grave numa legislatura em que estará na ordem do dia o alargamento da União Europeia e a distribuição dos fundos estruturais após 2006", sustentou António Costa.

"O PS também não aceita que se crie uma comissão gigante de assuntos sociais, porque dificultará o acompanhamento da actividade do Governo", disse o líder parlamentar socialista, referindo-se ao facto de esta comissão juntar os temas de saúde, segurança social, trabalho, toxicod dependência e família, "havendo ainda quem queira pôr nela a juventude e o desporto".

Segundo referiu António Costa, "para se diminuir o número de comissões, poderá sempre criar-se uma única comissão de finanças (agregando a elaboração e a execução orçamental) e uma comissão de economia, agricultura e pescas".



O líder da bancada socialista mostrou-se ainda indignado com a proposta apresentada pelo PSD para a distribuição dos gabinetes dos deputados, afirmando estar perante "a ilustração da saudosa arrogância cavaquista no seu melhor".

António Costa afirmou que o PS estava na disposição de ceder ao PSD o número de

gabinetes necessário do terceiro piso do edifício novo, cerca de 20, tantos quanto os deputados ganhos pelo PSD nas últimas eleições e tantos quanto os que foram perdidos pelo PS.

"O PSD quer ficar sozinho nos terceiro e quarto pisos do edifício novo, entregando-nos o primeiro e o segundo, só para ficarmos em

baixo. Mas isso vai obrigar à mudança de cerca de 200 deputados e de muitos funcionários", sustentou Costa.

### Solução irrealista e desprestigante

Também os eurodeputados se manifestaram contra a proposta laranja de extinção da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, que consideram "uma solução irrealista, sem visão de futuro e desprestigante para o nosso país no contexto da União Europeia. Segundo o eurodeputado Manuel dos Santos, ex-presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, a extinção, "para além de ser grave na perspectiva da falta de um acompanhamento rigoroso da actual discussão sobre o futuro da Europa e o alargamento, faria com que Portugal passasse a ser o único Estado-membro da União a não ter uma Comissão Permanente dedicada às questões europeias". Por sua vez, o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto considerou que a proposta do PSD "denuncia uma confrangedora ignorância sobre a natureza política da União Europeia" e "constitui um gesto de grosseira incompetência e desconhecimento da realidade política em que nos movemos, sendo uma preocupante regressão do empenhamento nacional e da prioridade estratégica da afirmação de Portugal no projecto europeu".

# COMISSÃO NACIONAL APONTA BATERIAS AO GOVERNO DAS TRÊS MISTIFICAÇÕES

**No final da Comissão Nacional, o secretário-geral do PS acusou o Governo de três mistificações fundamentais: o caos das contas públicas, a baixa de impostos e a subida das pensões.**

“O Governo inventou o caos das contas públicas, que foi agora desmentido pela Comissão Europeia com os valores do défice português em 2001”, afirmou Ferro Rodrigues, repetindo mais uma vez que Durão Barroso, durante a campanha eleitoral, “havia prometido uma baixa de impostos” e “afinal os vai aumentar”. “Mistificação” é também o facto de terem sido prometidas “subidas drásticas das pensões” que, afinal, “não se vão verificar”. “A atitude de se apresentar promessas na campanha eleitoral e depois atirá-las para o lixo, só desprestigia a política em Portugal”, declarou à Comunicação Social o líder socialista. “É por causa de atitudes como estas que algumas pessoas dizem os políticos de serem uns aldrabões”, acrescentou. O secretário-geral afirmou ainda que “este Governo começou da pior maneira. Saímos daqui [da Comissão Nacional] coesos e determinados a dar um combate sem tréguas a favor dos valores que defendemos. O que não quer dizer que não sejamos uma oposição séria, uma oposição responsável”.

“Todas as medidas do Governo que forem convergentes com as nossas políticas e com as nossas responsabilidades políticas e com aquilo que pensamos ser uma boa estratégia para o país, não é por serem oriundas do Governo que teremos uma posição sistemática de obstáculo”, explicou Ferro Rodrigues.

## Ferro Rodrigues recandidato a secretário-geral

Falando para o interior do partido e do grupo parlamentar, Ferro Rodrigues não escondeu a sua indignação relativamente àqueles que, ao abrigo do anonimato, têm criticado a direcção do PS na Comunicação Social, desafiando-os a darem publicamente a cara e a apresentarem-se como candidatos à liderança no Congresso do partido que se realizará em Novembro. E para que as suas intenções fiquem claras, Ferro Rodrigues anunciou que se vai recandidatar, pretendendo ganhar e cumprir o mandato de quatro anos como secretário-geral. “Se quiserem ganhar o partido apresentem-se a Congresso democraticamente”, o repto Ferro Rodrigues em declarações aos jornalistas, depois de ter dito ao partido que se “desenganem” os que pensam que ele vai “baixar a cabeça com críticas anónimas”. E para que os críticos não pensem que vão ter a vida facilitada, Ferro deixou-lhes o recado: “Eu não sou Cristo e não tenho o hábito de



dar a outra face mesmo não sabendo de onde vem a estalada.”

As críticas a Ferro Rodrigues e à estratégia da liderança da bancada parlamentar socialista, no confronto com o novo Executivo de Durão Barroso, ocorreram durante a apresentação do programa do Governo na Assembleia da República. Essas acusações surgiram em diversos órgãos da Comunicação Social, mas feitas ao feitas ao abrigo do anonimato. Em resposta àqueles que não gostaram de o ouvir no debate parlamentar da passada semana, Ferro Rodrigues reconheceu ainda não ter os dons oratórios do seu antecessor, e que haveria de “passar algum tempo” antes que aparecesse no Parlamento alguém que, a este nível, se comparasse a António Guterres.

Mas, já antes, logo na sexta-feira, na cerimónia do 29º aniversário do partido, Ferro Rodrigues tinha dito que era necessário haver “solidariedade e lealdade” no PS, tendo ido mais longe na reunião da Comissão Política. “Tudo o que é a pequena intriga, o contacto com os jornalistas não por boas razões mas por más e sem dar a cara é uma demonstração de cobardia política. Nunca o fiz e não o admito”, afirmou. Para que não restassem dúvidas que as suas palavras não se dirigiam aos críticos em geral, mas sim aos que o fazem ao abrigo do anonimato, o secretário-geral do PS lembrou na Comissão Nacional que não tinha havido uma única voz crítica no interior do partido na discussão da estratégia da bancada parlamentar. E como exemplo até saudou Medeiros Ferreira, que manifesta posições críticas

pelo povo, nas eleições.

Por seu lado, João Soares declarou apoiar “sem hesitações” a recandidatura de Ferro Rodrigues ao cargo de secretário-geral. Soares pôs-se, assim, fora da corrida, contrariando alguns rumores que corriam nesse sentido. Para evidenciar o seu apoio à actual direcção socialista, João Soares aceitou o convite feito por António Costa para que discursasse em nome do PS na comemoração do 25 de Abril.

Francisco Assis preferiu alertar para a circunstância do PS poder ficar “longos anos” afastados do poder, caso a direita consiga passar a ideia de que a esquerda representa o desgoverno financeiro. “Se o PS deixar que essa ideia do despesismo da esquerda se instale na sociedade portuguesa, isso será fatal para o partido, que poderá ficar afastado do Governo por longos anos”, advertiu o ex-líder da bancada parlamentar, para quem é preciso “combater a ideia da direita de que a esquerda no poder é sonhadora, mas não é capaz de ter rigor nas contas públicas”. Francisco Assis considerou, por outro lado, estar em “marcha uma ofensiva ideológica, visando destruir as políticas sociais concretizadas pelos governos de António Guterres”.

## Aprovadas propostas de preparação do Congresso

A Comissão Nacional aprovou por unanimidade as propostas oriundas do Secretariado Nacional tendentes à preparação do Congresso, nomeadamente o processo de actualização dos Ficheiros, de revisão da Declaração de Princípios, do Programa e dos Estatutos, ponto em que intervieram os camaradas Paulo Pedrosa e António Galamba que nesta edição do “Acção Socialista” explicam em curtas entrevistas os processos em curso. Na qualidade de director do Gabinete de Estudos, António José Seguro explicou que o referido gabinete passará a funcionar em duas áreas. A primeira, de âmbito sectorial, vai ser formada com base em 40 ou 50 grupos de trabalho que irá proceder à análise sistemática de todas as áreas tradicionais, como a saúde, a toxicod dependência, o ambiente, as telecomunicações, o ensino, entre outras. O trabalho daqui resultante será depois encaminhado para a direcção do partido e para o grupo parlamentar. O segundo eixo de actuação do Gabinete de Estudos reflectirá sobre matérias mais que não se encontrem na ordem do dia, numa visão mais distanciada e transversal, como sejam, por exemplo a política de cidades, numa perspectiva que englobe os diversos sectores. António José Seguro informou também que, em articulação com a delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, o PS volta a organizar este ano a Universidade de Verão em data a definir posteriormente.

publicamente, mas depois de as fazer no partido. Manifestando-se contra “os protagonismos fáceis” quando o partido está na oposição, Ferro Rodrigues lamentou ainda que num momento difícil para o PS “haja quem se entretinha com baixa política”. Por isso, o secretário-geral do PS não hesitou em desafiar várias vezes os críticos anónimos a “darem a cara” e a avançarem com a sua candidatura em congresso, tendo, porém, como garantia desde já o facto de que ele se recandidatará e que pretende vencer.

## Dirigentes apoiam Ferro Rodrigues

Ferro Rodrigues foi alvo de diversas manifestações de solidariedade na reunião da Comissão Nacional, destacando-se os apoios de Jorge Coelho e João Soares. O ex-ministro do Equipamento Social avisou que o caminho do partido “não vai ser fácil”, que exige “coesão e maturidade” e que as críticas devem ser apontadas para “os erros do adversário”. Numa intervenção muito aplaudida, Jorge Coelho desvalorizou completamente a notícia do “Expresso” que dava conta do mau estar no seio da bancada parlamentar, dizendo que isso aconteceu desde sempre no partido e faz parte da maneira de ser dos seus militantes. Coelho disse ainda ser natural que o debate tenha corrido bem ao Governo, que esse estado de graça vai durar algum tempo e que, por isso mesmo, não é hora dos socialistas se digladiarem. Lembrando que Ferro pode não ter os dons oratórios de Guterres mas tem outras qualidades que foram reconhecidas

SECRETARIADO NACIONAL

# ESTRATÉGIA PARA UMA LEGISLATURA

A estratégia do PS está orientada para o período da legislatura pelo que não se espere uma oposição "reviralista de curto prazo". Esta posição foi assumida por Paulo Pedroso, no final da reunião do Secretariado Nacional, em conversa com os jornalistas.

"O PS está a trabalhar para merecer a confiança dos portugueses no final da legislatura. A estratégia não será reviralista, até porque o PS sempre disse que há vantagens em haver estabilidade política", declarou o porta-voz do PS.

Com o propósito de marcar a agenda política, os socialistas estão já a trabalhar na apresentação das quatro medidas legislativas anunciadas por António Costa (reforma eleitoral, estabilidade orçamental, criação do cartão único do cidadão e cem farmácias sociais) e no próximo debate parlamentar sobre o Orçamento rectificativo para responder as propostas que vierem do Governo.

Recusando a ideia de que os socialistas saíram derrotados do recente debate do programa do Governo, sustentou antes que ficou demonstrado que o programa do Executivo de



Durão Barroso "é fraco" e que, "ao contrário do prometido pelo PSD na campanha eleitoral, não haverá baixa de impostos, mas aumento de

impostos". Do ponto de vista interno, Paulo Pedroso considerou incompreensível a atitude dos

militantes que criticam a direcção, mas não dão a cara para defender essas críticas.

"Não há nenhuma razão para alguém ter medo de expressar as suas opiniões, até porque neste momento não há qualquer pressão (para a disciplina interna) introduzida pelos calendários eleitorais", referiu o ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Sobre o Orçamento rectificativo de 2002, o porta-voz do PS não adiantou qualquer posição em termos de sentido de voto dos socialistas, mas advertiu que o partido "não passará cheques em branco ao Governo, nem assumirá uma oposição destrutiva". Paulo Pedroso criticou fortemente a "cegueira da maioria" por pretender extinguir a Comissão de Assuntos Europeus e contestou a "absurda" criação de Comissão de Assuntos Sociais integrada.

Do Secretariado Nacional de terça-feira saiu a decisão dos seus membros se deslocarem durante o mês de Maio às federações de todo o País, tendo em vista o aprofundamento dos contactos com os militantes.

ENTREVISTA A PAULO PEDROSO

## VIRAR O PS PARA O FUTURO

As questões fundamentais do PS no próximo Congresso prendem-se com a revisão dos Estatutos, da Declaração de Princípios e do Programa.

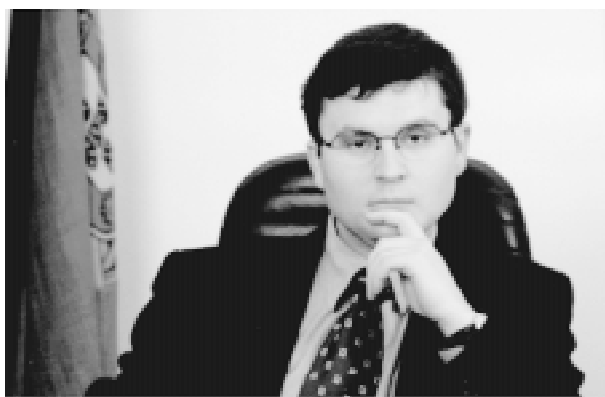
No âmbito do Secretariado Nacional (SN), Paulo Pedroso é o responsável pela coordenação de todo este processo. Foi com ele que o "Acção Socialista" conversou para obter explicações mais aprofundadas sobre os passos que irão ser dados até ao Congresso de Novembro.

**Porque é que o SN decidiu avançar com o processo tendente à revisão da Declaração de Princípios, do Programa e dos Estatutos?**

Porque se pretende que o próximo Congresso seja um momento de debate sobre as questões fundamentais para o partido e não apenas um ritual de consagração e candidaturas. Perdemos as eleições autárquicas e legislativas, após um ciclo de vitórias que foi, para o PS, o mais longo de sempre. Agora, temos que nos virar para o futuro. Temos uma declaração de princípios e programa que já datam de 1986 e muita água correu debaixo das pontes, ao nível dos acontecimentos e das ideias, desde então. Os estatutos devem reflectir o modo como o partido se organiza para a acção política e o actual modelo já demonstrou potencialidades e limites, que importa reavaliar. Agora é o momento de o fazer, quando estamos longe do próximo ciclo de actos eleitorais.

**Pode-se, de alguma maneira, falar em refundação do PS?**

Não, de modo algum. O PS tem razões para se orgulhar



do seu património. Das suas causas de sempre, das que a Nova Maioria consagrou e das que agora se devem incorporar ao acervo constituído.

**Foram criadas duas Comissões que vão elaborar relatórios sobre a revisão da Declaração de Princípios e Programa e sobre a revisão dos Estatutos. De que forma podem os militantes participar nestes trabalhos?**

Todos os dirigentes nacionais se puderam inscrever livremente nessas comissões e todos os militantes podem enviar os seus contributos para mim ou para os relatores de cada uma delas.

**E os independentes da área do PS também podem dar os seus contributos ou esta é matéria reservada a militantes?**

Podem. Julgo que devemos continuar a valorizar o património de relação com independentes que se vem afirmando desde os Estados Gerais. Só temos a ganhar em sermos um partido aberto às pessoas que conosco colaboram e que se reconhecem no nosso espaço político, desde o próprio momento da concepção dos projectos que queremos para o partido e para o País.

**Como está projectado o debate relativamente a estes dois documentos? Qual a calendarização que irá ser seguida para cada um dos relatórios?**

Os relatórios devem ser concluídos até ao fim de Junho e até Outubro devem ser debatidos dentro do partido, se possível, em todas as secções, para que surjam, no momento próprio, as propostas que se apresentam ao Congresso. Deve-se, também, abrir este debate a cidadãos independentes da área do centro-esquerda, continuando um processo de comunicação regular do partido com sectores da sociedade civil, que já hoje faz parte integrante dos nossos métodos de trabalho e que deve ainda melhorar.

**Concluídos os relatórios, estes serão apresentados como documentos fechados ou, pelo contrário, vão deixar caminhos em aberto, cabendo depois a escolha aos congressistas?**

Claro que vão deixar caminhos em aberto. Vão inventariar propostas, convergências e divergências. Vão preparar trabalho, para que no congresso e na sua preparação possamos discutir ideias e soluções.

**Na metodologia de preparação do Congresso referem-se duas fases. Quais são elas e correspondem a que objectivos?**

A primeira, que começou com a Comissão Nacional de 20 de Abril, é a da preparação do trabalho, centrada no trabalho das comissões criadas e no processo de actualização de dados e renumeração dos militantes. A segunda, que se iniciará com a convocatória formal do Congresso, é a da discussão propriamente dita dos caminhos que o partido vai seguir nos próximos anos, com o surgimento das propostas concretas que, baseando-se ou não neste trabalho de preparação, venham a surgir e a ser debatidas no Congresso.



ENTREVISTA A ANTÓNIO GALAMBA

# ADAPTAR O PS ÀS NOVAS REALIDADES

**A actualização do ficheiro corresponde a uma necessidade de transparência, rigor e eficácia fundamentais para o funcionamento do nosso partido que tem hoje mais de 123 mil militantes.**

**O "Acção Socialista" foi falar com o secretário nacional responsável pela Organização, António Galamba, no sentido de obter informação mais detalhada sobre o processo de actualização de dados iniciado no último sábado depois de aprovado pela Comissão Nacional.**

**Porque é que o partido sentiu agora a necessidade de proceder à actualização dos ficheiros?**

O PS é um partido heterogéneo, plural, rico no perfil das pessoas que o compõem. É um partido que se orgulha do seu passado, de luta pela democracia, de defesa da nossa integração europeia e de promoção da solidariedade e da inclusão social. Somos um espantoso repositório da realidade do País, por isso, se o País evoluiu, cresceu, modernizou-se, o PS tem de ser capaz de se adaptar às novas realidades e aos novos desafios. Desde logo, aos novos desafios da participação cívica e política, à necessidade de combater fenómenos como a abstenção ou o alheamento de um intervenção cívica. Creio não exagerar se afirmar que ao nível da participação política, Portugal aproximou-se do tipo de participação que se vive nos países nórdicos, em que as pessoas já não participam em tudo, mas optam por uma participação selectiva, em função de aspectos temáticos que lhes digam algo.

É preciso desmistificar e colocar os pés na terra. Por exemplo, os comícios são grandiosos exercícios de mobilização virados para o interior, em que a única utilidade externa, virada para os cidadãos, está dependente do filtro, dos humores e da visão da Comunicação Social. Em tudo isto, terá de haver uma atitude de rigor, transparência e eficácia. São esses os grandes motes do presente processo que, em todo o caso, é uma iniciativa que tende a ser melhor realizada por um partido que está no poder. Na oposição, é preciso mais coragem, mas a bem da verdade deve ser feita. Para o PS, cada militante é mais do que um número.

**No plano operacional como é que se vai organizar o processo de reafiliação?**

É um processo em que as Secções, as Concelhias e as Federações serão envolvidas, mas a intervenção fundamental compete a cada militante individualmente considerado. Cada militante receberá em casa uma carta contendo um apelo para responder a um formulário simples. Depois de preenchido, o formulário deverá ser remetido para a sede nacional em envelope RSF. Se o não fizer, receberá uma



nova carta. No final de Maio será apurado o universo dos militantes que responderam, sendo endereçadas listagens às estruturas para a eventual introdução de correcções. Em todo o caso, terá de ser sempre o militante a ter a iniciativa, ainda que o possa fazer com base num alerta da estrutura a que pertence. Até à Comissão Nacional de 13 de Julho, o processo deverá estar concluído e os novos cartões deverão estar a ser emitidos e enviados.

**Quanto tempo vai demorar e quais os principais momentos do calendário aprovado na última Comissão Nacional?**

Este é um processo que deverá estar concluído até Julho de 2002. É um processo para decorrer durante três meses. O objectivo é concluir a actualização do ficheiro antes do início das férias dos portugueses, de modo a que, a partir da "rentrée" política, possamos trabalhar com base no novo ficheiro de militantes. A partir do final de Abril começarão a ser expedidas as primeiras cartas para os militantes, seguindo-se o processo que já expliquei.

**O que acontece se um militante não responder ao contacto da sede nacional?**

Cada militante vai receber em sua casa uma carta com um formulário e um envelope de resposta sem franquia. Se não responder no período de quinze dias, receberá outra carta com idêntico apelo. Se não responder nem à primeira, nem à segunda carta, o cidadão em causa passará a integrar o ficheiro de simpatizantes. O simpatizante será alguém com o qual o PS mantém um vínculo de ligação política, que será convocado para grandes iniciativas do PS, sobretudo em momentos

eleitorais, mas sem direitos de participação nos actos eleitorais internos. Como disse, este não é um processo de exclusão, é uma iniciativa destinada a preparar o partido para uma participação cívica e política mais activa. Mas é também um exercício de responsabilidade. Da mesma forma que não desconsidero um pedido do INE, das Finanças ou de uma entidade bancária sobre fornecimento de dados para a prossecução de objectivos do meu interesse, também devo prestar a melhor atenção aos pedidos formulados pelo partido.

**Qual vai ser o papel das Secções neste processo?**

As Secções, Concelhias e Federações têm um importante papel de mobilização dos militantes para a resposta à carta de actualização de dados e serão envolvidos no andamento do processo. Esta não é uma iniciativa contra alguém, é um imperativo de verdade para promover uma melhor participação na vida do partido. E mesmo a eventual introdução de mecanismos de centralização do pagamento de quotas, por imposição legal, serão sempre implementadas tendo em conta a sua importância para a vida das estruturas de base.

**Quais as implicações práticas da renumeração dos militantes?**

Para o PS, cada militante é mais do que um número. Em todo o caso, em matéria de renumeração, existirão três princípios básicos: respeito pela numeração atribuída aos fundadores do Partido Socialista; observância da sequência temporal de adesão ao partido e manutenção da data de adesão de cada militante. Na prática, a renumeração do número de militante será um processo de aproximação à realidade dos militantes do partido.

**Em termos de eficácia, prevê-se o uso do ficheiro segundo um modelo mais activo com recurso às novas tecnologias. Significa isso que os militantes vão deixar de receber informação pelo correio tradicional?**

O ritmo dos nossos dias, a voragem com que um facto chega a notícia e o deixa de ser, determina um nível de reacção ou de acção política muito elevado. A tradicional correspondência, em muitos aspectos, é inadequada para a circulação de informação necessária para a intervenção política de cada militante. Não significa isto que o correio tradicional seja erradicado, mas apenas que, por motivos de eficácia e de gestão financeira, é muito mais rápido e barato enviar um e-mail do que endereçar uma carta. Como o PS reflecte a sociedade e as novas tecnologias ainda não estão universalizadas, no essencial, não haverá militantes de 1º (os utilizadores da internet) e os militantes de 2º (os que não utilizam a internet). O PS não promoverá uma situação de tratamento desigual dos seus militantes, mas não abdica de usar os mecanismos de circulação de informação ao dispor.

**Quais as principais novidades, do ponto de vista organizativo, que a direcção nacional prepara para serem apresentadas aos congressistas?**

O nosso camarada Paulo Pedroso está a coordenar a preparação do XIII Congresso Nacional, tendo sido criados dois grupos de trabalhos para a revisão dos Estatutos e a revisão da Declaração de Princípios e Programa. A Comissão Nacional definiu uma metodologia para o debate, não faz sentido estar a antecipar propostas que deverão ser encontradas através do debate com e entre os militantes.

**Qual o balanço que Jacques Chirac pode apresentar perante o eleitorado? Nenhum! A sua inacção só tem paralelo com a amplitude das reformas tomadas por Lionel Jospin para modernizar a França e fazer dela um dos países da Europa onde a situação económica é das melhores.**

Depois da primeira volta das eleições presidenciais, a França, e com ela a Europa, acordou chocada. Pela primeira vez desde 1969, a esquerda não estará presente na segunda volta das eleições presidenciais. Estará sim o candidato da extrema-direita.

Que sentimento de injustiça! Depois de cinco anos de acção governamental conduzida por Lionel Jospin, um pico de longevidade e de estabilidade em França - cada qual pode constatar uma melhoria da situação: 900 mil desempregados a menos, uma cobertura em situações de doença para todos, a entrada em vigor das 35 horas, e ainda um reforço dos instrumentos de prevenção e de repressão para enfrentar a insegurança.

Qual o balanço que Jacques Chirac pode apresentar perante o eleitorado? Nenhum! A sua inacção só tem paralelo com a amplitude das reformas tomadas por Lionel Jospin para modernizar a França e fazer dela um dos países da Europa onde a situação económica é das melhores. Durante estes cinco anos, Lionel Jospin contou sempre com o apoio contínuo do Partido Socialista, solidamente unido ao seu primeiro-ministro e ao seu candidato.

No entanto, este balanço largamente positivo não se fez acompanhar de uma diminuição suficiente das zonas de tensão aos olhos da opinião francesa.

Explorando as sondagens e os medos dos franceses, Jacques Chirac lançou a sua campanha sobre o tema da insegurança, alimentando inquietudes e comportamentos de rejeição. Esta manobra, oportunista e perigosa, favoreceu a ascensão de Jean-Marie Le Pen.

Para nós, a segurança é um assunto demasiado sério para se converter num slogan. No decurso da campanha, Lionel Jospin tomou a segurança em consideração, mas no quadro de um verdadeiro projecto para a França e na capacidade desta dar uma resposta à mundialização. O jogo da direita, largamente sustentado por certos *média* que difundem quotidianamente reportagens sobre a "violência comum" deixando pairar a imagem de um país cuja juventude cedeu à delinquência, tornou inaudíveis as nossas respostas. Para nós, a luta contra a insegurança implica uma coragem e uma visão europeia que Lionel Jospin propôs, sem lograr ser compreendido.

O resultado explica-se também quer pela dispersão dos candidatos quer pela dispersão da esquerda, e pela subida brusca da extrema esquerda. A esquerda dispersou-se por excesso de pluralismo perdendo um mínimo de indispensável unidade. Muitos eleitores votaram na primeira volta segundo o seu humor contando com os outros para compor os resultados. A divisão da esquerda funcionou contra cada um e contra todos. A fragmentação dos votos da esquerda tem custos pesados para a nossa democracia. É certo que cada sensibilidade deve poder exprimir-se, mas face a um tal desafio por redobradas razões "a união faz a força". A

## UM CHOQUE PARA A EUROPA VINDO DE FRANÇA

esquerda deve agora recordar-se e tirar as convenientes lições para as eleições que se aproximam.

Enfim, o argumento da ausência de suspensse sobre o frente-a-frente da segunda volta, veiculado pela imprensa e confirmado pelas sondagens, constituiu um forte obstáculo para a mobilização dos eleitores. Parecendo que a segunda volta estava adquirida, uma parte dos eleitores absteve-se.

Hoje, vivemos uma situação crítica. François Hollande, primeiro secretário do Partido Socialista, apelou para que os franceses façam uma barreira firme contra o candidato da extrema-direita. "Jacques Chirac é nosso adversário político, faz parte do campo democrático". Jean-Marie Le Pen é um perigo para a República", declarou. Na véspera da segunda volta, devemos permanecer vigilantes e lembrar a Jacques Chirac que ele ficará a dever a sua reeleição a uma rejeição do extremismo.

Unidos, representamos uma força incontornável que deverá comprometer-se com determinação na batalha das legislativas com o objectivo de reconstruir a esquerda e a República.

Aquilo que se passa na França diz respeito à esquerda em toda a Europa. Devemos actuar em conjunto para encontrar melhores respostas às questões com que nos defrontamos.

TRADUÇÃO DE ISABEL SANTOS



**PERVENCHE BERÈS**

Presidente da Delegação francesa no Parlamento Europeu

## FERRO RODRIGUES PREOCUPADO COM AVANÇO DA EXTREMA-DIREITA E DO POPULISMO

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, lamentou o resultado da primeira volta das eleições presidenciais francesas, mostrando-se preocupado com "o perigo da extrema-direita" e o "avanço do populismo" na Europa.

Em comunicado distribuído à Comunicação Social, Ferro Rodrigues elogiou a "decisão digna" do candidato socialista e primeiro-ministro cessante francês, Lionel Jospin, "de abandonar a vida política, depois de as eleições de domingo o terem colocado em terceiro lugar, fora da disputa da segunda volta".

"Os resultados das eleições em França exprimem o avanço do populismo que se vem a registar em vários pontos da Europa", sustenta o secretário-geral do PS, referindo que o crescimento das correntes extremistas se baseia "na exploração do medo e da segurança".

"Há um verdadeiro perigo da extrema-direita, quando o senhor Le Pen obtém cerca de cinco milhões de votos", alerta o líder socialista, que também lamentou "os reflexos provocados pela



divisão da esquerda, traduzidos em votos inúteis, especialmente em momentos em que seria fundamental distinguir o essencial do acessório".

"É urgente que os partidos socialistas europeus procedam a um balanço aprofundado das

causas, consequências e respostas necessárias para a viragem à direita, que se verifica sem uma situação de crise económica e depois de vários anos de maioria muito expressiva dos socialistas nos governos da União Europeia", aconselha Ferro Rodrigues.

### Soares atribui resultado à dispersão da esquerda

Mário Soares mostrou-se "profundamente decepcionado" com os resultados da primeira volta das eleições presidenciais francesas, justificando a derrota de Lionel Jospin com a "dispersão da esquerda" por vários candidatos.

Em declarações à agência Lusa, o eurodeputado socialista declarou-se surpreendido com a passagem à segunda volta do principal candidato da extrema-direita francesa, Jean-Marie Le Pen. O ex-Presidente da República defendeu que agora "é preciso barrar o caminho" a essa corrente política.

Considerando que o resultado eleitoral de

domingo "foi injusto" para o primeiro-ministro francês, Soares disse estar convicto de que os dados "vão ser corrigidos na segunda volta" com o apoio dos partidos de esquerda ao actual Chefe de Estado, Jacques Chirac.

Além do "vento da direita" que varre a Europa e é "soprado da América", também "o mimetismo" e a colagem dos partidos socialistas em relação aos neoliberais e às chamadas políticas de direita explicam, na óptica de Mário Soares, a derrota da esquerda francesa e de outras, como a portuguesa.

"Para fazer [essas políticas] estão lá os partidos da direita", enfatizou o primeiro secretário-geral do PS, que estendeu a derrota de Lionel Jospin ao falhanço do projecto europeu do seu Governo e "à decepção" do eleitorado daí decorrente. O antigo chefe de Estado considerou ainda ser "muito difícil" fazer projecções para as próximas eleições legislativas francesas, até porque os partidos terão de "redefinir as suas estratégias" tendo em conta os resultados obtidos pela extrema-direita.

GONÇALO SALGUEIRO

# PS TEM LÍDER DE FERRO

As promessas de Durão Barroso e a sua equipa de fantasmas do cavaquismo não o fazem dormir mais descansado. Aos 21 anos, Gonçalo Salgueiro não embarca em sonhos demagógicos, afirmando-se preocupado com o futuro de Portugal e dos portugueses. Firme na defesa dos valores do socialismo, o jovem militante não desarma, explicando que o PS perdeu as eleições legislativas de 17 de Março, mas ganhou um líder de ferro.

Quando, aos 16 anos, Gonçalo Salgueiro decidiu ir até à sede da JS inscrever-se, acompanhado de um amigo, fê-lo por acreditar que a militância é "a melhor forma de defender ideias" e uma "grande oportunidade de as podermos concretizar".

Dois anos mais tarde adere ao PS, por ser a maioria uma condição estatutária, reafirmando a sua ligação aos valores do socialismo democrático.

A filiação partidária do jovem Gonçalo foi bem aceite pelos amigos e pela família. Nesta última, apesar de se incluírem simpatizantes do PS e do PSD, a notícia da inscrição do Gonçalo foi "recebida com agrado". No começo, confessa, foi entendida como "uma brincadeira de um miúdo de 16 anos", mas "agora já levam esta realidade mais a sério".

À mesa do café ou nas esplanadas, o jovem camarada troca ideias e opiniões com amigos que atravessam todo o espectro político nacional.

"Tenho amigos na Juventude Popular, no Partido Comunista, no PSD, no PS, enfim, em todos os quadrantes partidários", reporta, qualificando as "amenas cavaqueiras" como "bastante proveitosas".

Há mesmo número considerável de jovens socialistas que entraram na JS e no PS pela mão do Gonçalo, que se tornaram "militantes muito activos" e dos quais o jovem militante diz orgulhar-se.

Por seu lado, a ficha de inscrição foi assinada de forma espontânea, depois de ter despertado para a política ainda durante a adolescência, numa altura em que Portugal "padecia uma ressaca de uma década de cavaquismo que originara descontentamento popular e grande insatisfação, sobretudo, nas questões sociais". Foi esse empurrão e os problemas vividos de perto na autarquia de Tomar que o fizeram querer participar e compreender mais o *dossier* político nacional.

Gonçalo Salgueiro fala de si próprio como "um militante bastante participativo". A prová-lo tem no curriculum de militância a sua eleição como coordenador concelhio da JS, há cerca de três anos e, mais recentemente, a entrada na Assembleia Municipal de Tomar, tendo ainda colaborado em iniciativas várias, entre as quais



## PERFIL

Nome  
**Gonçalo Miguel Pedro Salgueiro**  
Idade  
**21 anos**  
Ocupação  
**Estudante de Economia**  
Militância  
**Aderiu à JS em 1997 e ao PS em 1999**  
Referências socialistas  
**Tony Blair, Jacques Delors, Mário Soares, Jorge Sampaio e Ferro Rodrigues**  
*Hobbies*  
**Leitura, ténis, natação, TV, amigos**

debates sobre questões sociais de actualidade, festas da "Jota", bem como nas "campanhas socialistas a nível interno e externo" desde 1997.

Exemplo de que a apatia jovem relativamente à política é "um problema que já foi bem mais preocupante", o Gonçalo explica que "a partir de uma certa idade, a juventude, sobretudo ao ingressar no ensino superior, entra em contacto mais directo com os problemas da comunidade em que está inserida, sentindo necessidade de tornar-se mais interventiva".

Todavia, admite: "Há algum distanciamento motivado, provavelmente, pela descredibilização da política dos últimos tempos, mas acho que também tem a ver com uma certa maturidade das pessoas, com a capacidade de despertarem para os problemas e para dar-lhes respostas".

Quanto ao acolhimento do faszquia jovem pelas estruturas partidárias, o camarada Gonçalo cita a Juventude e o Partido Socialista como excelentes exemplos de integração satisfatória, embora não hesite em afirmar que "no seio das estruturas do PS deveria haver mais espaço para os jovens".

Atento às questões de actualidade nacional e internacional, Gonçalo Salgueiro sentença que "mais cedo ou mais tarde a regionalização terá de acontecer", dada a necessidade de aproximar o poder dos cidadãos, sem ousar adiantar, porém, a forma como julga que a descentralização no quadro regional possa vir a ser feita.

Quanto ao aborto, um tema que voltou à ordem do dia quer em Portugal quer na Europa dos Quinze, o jovem militante descreve este flagelo como "uma questão fundamental da sociedade portuguesa", embora ressalve que "o momento político não é o mais adequado à sua nova discussão, por causa da maioria de direita no Parlamento.

Manifestamente preocupado com a actual conjuntura política nacional, o Gonçalo não esconde os receios que lhe provoca o facto de Portugal estar novamente sob gestão da direita.

O jovem fala de uma "ressurreição do cavaquismo", apontando para as caras conhecidas de outrora e que compõe, no presente, o quadro do Executivo liderado por Durão Barroso, "um discípulo muito bem mandado de Cavaco Silva", como o definiu. Gonçalo Salgueiro espera que, os próximos tempos, o País se ressinta de diversos problemas de carácter social, prevenindo as reformas e os avanços conseguidos pela governação socialista em áreas tão importantes como o ambiente, a educação, a justiça e a segurança social não tenham continuidade. Apesar de fazer um balanço "muito positivo" da actuação da equipa governativa de António Guterres ao longo dos últimos seis anos, o Gonçalo não escamoteia a realidade do desgaste, mas regista com satisfação que Ferro Rodrigues tenha sabido superar essa desvantagem e "rapidamente demonstrar que é o líder forte de que o PS precisa".

"O PS perdeu as eleições e ganhou um líder", afirma categórico, reconhecendo esperar que a oposição socialista ao novo Executivo seja "extremamente dura", sem deixar, porém, de ser "construtiva", quando as circunstâncias assim o aconselharem.

Gonçalo comunga da visão de Ferro Rodrigues de um Partido Socialista aberto e dialogante com a sociedade civil, que não se esquite à crítica, mas sempre com soluções alternativas em carteira.

MARY RODRIGUES





MÉDIO ORIENTE

# IS PROPÕE CONFERÊNCIA DE PAZ

A Internacional Socialista (IS), reunida na terça-feira em Madrid, propôs a realização de uma conferência de paz para o Médio Oriente, no prazo de oito semanas, que inclua representantes de Israel, Autoridade Palestiniana, ONU, Estados Unidos, Rússia, União Europeia e países árabes da região.

Na reunião extraordinária da Comissão Executiva da IS sobre o Médio Oriente, convocada por iniciativa do presidente da organização, António Guterres, e em que participaram o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, e o dirigente da Fatah Hani Al-Hassan, foram acordados alguns pontos prévios até à realização da conferência.

O presidente da IS, António Guterres, anunciou numa conferência de Imprensa no final da reunião que estes pontos prévios passam pelo reconhecimento mútuo do direito à existência de dois Estados (israelita e palestiniano), uma declaração firme de Yasser Arafat de condenação

dos actos terroristas, a retirada das forças judaicas da zona da Cisjordânia ocupada a 28 de Setembro de 2000, a colaboração entre os serviços de segurança israelitas e palestinianos, estabelecimento da segurança palestiniana nos termos do plano Ternet e, por último, por um plano internacional de ajuda à reconstrução da Palestina.

Presente na reunião de Madrid, que classificou como "muito positiva", José Lamego, secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, adiantou que nos bastidores uma "task force" formada pelo Partido Trabalhista de Israel e pela Fatah palestiniana ficou encarregue de apresentar ao próximo Conselho da IS, entre 31 de Maio e 1 de Junho, em Casablanca, uma resolução política global para o problema, a ser sufragada pela Internacional Socialista.

Por outro lado, a organização liderada por António Guterres manifestou a sua preocupação pelos resultados obtidos pela extrema-direita nas presidenciais francesas.

SEGURANÇA

# CIBERCRIMINALIDADE NA MIRA DA UE

O comissário europeu António Vitorino defende a harmonização da aplicação do Direito Penal comunitário em matéria de crime informático. Numa proposta apresentada no passado dia 23, o camarada Vitorino defende a aplicação de uma pena mínima de um ano para os autores de transgressões "sérias" no domínio informático, comum aos Estados-membros, uma medida inserida na decisão-quadro comunitária de combate à cibercriminalidade. António Vitorino, que estava acompanhado pelo comissário da Sociedade da Informação, Erkki Liikanen, na apresentação do documento, apontou o fim de 2003 como data limite para os Quinze integrarem essas medidas jurídicas nas respectivas legislações nacionais.

O carácter transnacional da cibercriminalidade, o seu rápido crescimento e o facto de estar directamente ligada ao terrorismo e ao crime organizado justificam a proposta de harmonização, que também facilitará a cooperação judicial no combate aos chamados piratas informáticos, à interferência ilegal (negando o acesso dos utilizadores às redes) e à propagação de vírus.

A proposta de Vitorino permite colmatar lacunas existentes nas legislações internas dos países-membros, associando-se a outros instrumentos comunitários de combate ao crime organizado

como o mandado europeu de captura, o Eurojust e a Europol, a protecção dos sistemas de informação, a protecção jurídica dos serviços de acesso condicionado ou a protecção de dados.

O documento indica ainda que os Estados-membros devem ter "pontos de contacto" activos 24 horas por dia para troca de informações e para permitir uma resposta mais rápida em caso de ataques informáticos.

## Política de princípios contra racismo

Relativamente a outro flagelo que põe em risco a segurança dos cidadãos europeu com as ameaças "racistas e xenófobas" surgidas domingo em França, Vitorino afirmou-se partidário de "uma política clara de princípios e valores" sobre imigração.

Num comentário aos resultados da primeira volta das presidenciais francesas, em que o líder da extrema-direita Jean-Marie Le Pen passou à segunda volta, Vitorino saudou "a grande mobilização" das últimas 48 horas de milhares de franceses nos planos político, social e cultural contra aquela situação.

Para o comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos da UE, responsável pela política comunitária de imigração, a situação ocorrida



em França mostra claramente que "há um valor acrescentado" na política de imigração comunitária.

Essa política exige "um consenso alargado que vai para além dos preconceitos ideológicos", frisou António Vitorino, considerando que "seria muito simplista dizer que a imigração é a causa"

dos resultados eleitorais que levaram a extrema-direita à segunda volta das presidenciais francesas.

"Os resultados mostram a necessidade de ter um discurso claro e fiel aos valores" em matéria de combate à imigração ilegal, frisou.

M. R.

## BEM-VINDOS CAMARADAS

Uma tarde de Primavera. Os jardins do Rato são um cenário muito diferente daquele que, a 19 de Abril de 1973, acolheu os 27 delegados que decidiram transformar a ASP em Partido Socialista. Passaram-se 29 anos desde a (re)fundação do PS. O Sol abrilhantou Lisboa, como outrora a neve, em Bad Münstereifel, preservou aquele momento solene. Na Sede Nacional assinalou-se a efeméride. Abriram-se as portas aos rostos de hoje que, somados aos do passado, assinaram compromissos de futuro, baseados nos ideais intemporais do socialismo democrático. O secretário-geral deu as boas-vindas, mas os convivas já se sentiam em casa.



“Tenho a visão de um partido aberto, com novas ideias, dialogante, preocupado com os cidadãos e que permita ir respondendo ao País e às suas mutações”.

Foi este o rumo traçado pela liderança de Ferro Rodrigues que, na passada sexta-feira, dia 19, data em que se completavam os 29 anos de existência do PS, deu acolhimento aos novos membros da família socialista.

“Bem-vindos camaradas”, disse o secretário-geral, sublinhando que esta expressão é “para levar a sério”.

Trata-se de uma palavra que “evidentemente não põe em causa a necessidade de sermos um partido onde a crítica se deve manifestar livremente, exprimindo-a mesmo publicamente, depois de ter sido expressa nos órgãos do PS”, considerou, ressaltando de seguida que a expressão “camaradas” deve também significar que “existe entre nós solidariedade e, sobretudo, lealdade nos procedimentos e nos processos”.

“O PS foi, é e haverá de ser sempre um partido de esquerda”, garantiu, categórico, o camarada Ferro Rodrigues, acrescentando que será nesse lado do espectro político que o partido, sob a sua liderança, desenvolverá a sua prática”.

Porém, Ferro sublinhou que “de nada valerá batermos com a mão no peito e gritar que se é de esquerda se o País estiver cada vez mais à direita, no seu sentimento e na maneira de encarar as políticas”. Portanto, continuou, “a nossa obrigação é transformar as condições de vida e também de reflexão dos portugueses”.

“Há, em todos os movimentos de renovação, de rejuvenescimento e de melhoria das estruturas e do nosso partido, a necessidade de assumirmos o nosso passado, a nossa história, de passarmos a assumir em conjunto

uma memória que, até há pouco, era apenas de alguns”, referiu, apontando para o facto de ele próprio não ter sido fundador, tendo aderido ao PS, “já depois de um longo e complexo percurso de luta política” em que muitas vezes esteve do outro lado do Partido Socialista.

“Só entrei em 1986”, disse, acrescentando “orgulhar-se do seu passado e de todo o passado histórico do PS”.

Numa referência ao Congresso do Partido Socialista que se realizará em Novembro destes anos, o secretário-geral afirmou que nessa reunião magna dos socialistas “tudo será questionado, excepto, evidentemente, os valores”.

“É importante que os Estatutos que forem aprovados em Congresso sejam os de um partido fiel aos seus princípios, mas também os estatutos de um partido moderno”, declarou.

Apelando para um novo tipo de relacionamento entre o PS e a sociedade civil, Ferro disse que “a casa dos socialistas deverá ser cada vez mais aberta”.

A modo de saudação, o líder falou do significado da grande adesão ao PS registada este ano.

Lembrando a última contenda eleitoral, o líder socialista referiu que “apesar de termos tido uma derrota honrosa, convém não esquecermos que tivemos uma derrota e embora digamos que vamos fazer uma oposição construtiva, convém não esquecermos que vamos fazer oposição”, sem esquecer que “em democracia as derrotas são sempre momentos de preparação de novas vitórias” e mais

quando se tem consciência da natureza enganosa do adversário.

Ferro Rodrigues sabia que tinha razão ao denunciar as demagógicas promessas eleitorais do PSD. Mas, mesmo tendo a razão do seu lado, ele próprio admite que não esperava que as evidências se manifestassem logo desde o primeiro minuto.

“Nunca pensei que tão rapidamente me iriam dar razão”, confessa o líder do PS, advertindo: “Que ninguém conte connosco para sermos uma espécie de observadores do que o novo Governo irá fazer, sobretudo se persistir numa estratégia de afrontamento, não apenas com os socialistas, mas com aquilo que foi construído de positivo ao longo dos últimos anos”.

Claramente apostado numa oposição responsável, Ferro considerou que o povo começa a sentir “a diferença entre o que é a direita no poder e o que é o Partido Socialista no poder”.

“Basta observar o que se passou no último debate parlamentar. Numa fracção de segundo, todas as promessas principais que tinham sido apresentadas aos portugueses foram esquecidas e escamoteadas”, apontou. Para justificar tal volte de face, o líder socialista explicou que o Governo inventara uma espécie de catástrofe das contas públicas, imediatamente desmentida pela Comissão Europeia, que publicou na passada sexta-feira, os resultados provisórios da performance económica portuguesa em 2001, apontando para um défice público na ordem dos 2,75, claramente abaixo dos 3 por cento. “Como não podiam pegar em 2001, então

inventaram o primeiro trimestre de 2002 para justificar a fuga às responsabilidades e aquilo que não vão cumprir, como a baixa de impostos e a melhoria de condições de vida dos portugueses”, observou.

Recordando que “há pessoas e partidos para quem o poder é verdadeiramente um fascínio, transfigurando-se a partir do momento em que o assumem”, Ferro Rodrigues defendeu a obra deixada pelo Executivo socialista, sem ceder à tentação de escamotear erros e dificuldades.

## Parteiros do novo socialismo

A fazer a ponte entre passado e presente e saboreando pela primeira vez o momento em que saudou uma assistência com a frase “meus caros camaradas”, o novo militante Alberto Souto assegurou que “é em nome dos ideais do socialismo democrático e humanista dos nossos fundadores” que se juntava à grande família do PS.

Em representação dos novos rostos que dão corpo aos também novos valores que se acrescem ao Partido Socialista, o presidente da Câmara de Aveiro declarou que “as nossas causas ganham hoje contornos diferentes”. “As incertezas e este esplendor do caos”, disse aludindo a Eduardo Lourenço, “perturbam as melhores cúpulas analíticas e, no entanto, aqui estamos tomando partido, afirmando que continua a fazer sentido sentir os partidos e contribuir para um pulsar diferente deles”.

Souto frisou como, “independentemente das motivações pessoais de cada um, do seu passado e das suas expectativas, a adesão ao



PS de novos membros tem um significado político que deve ser relevado

As cerca de três mil novas inscrições são, no entender do edil socialista uma marca de “confiança e apoio a um projecto de sociedade, a uma forma de fazer política e a uma equipa que a concretize” que se vê “reforçada mesmo nos momentos melindrosos das derrotas circunstanciais”

“A nossa adesão, a adesão de muitos portugueses anónimos, é um sinal de vitalidade e alistamento para combate”, opinou, acrescentando: “Estamos aqui hoje porque desejamos um Portugal justo e promissor e porque cremos que o PS corporiza a sensibilidade que melhor pode contribuir para seguir esse caminho”.

Nestes tempos de incertezas e fragilidades, Alberto Souto reconheceu que “aderir hoje ao PS não é, certamente, uma atitude gratuita”. Mas, justamente, “neste limiar do ressuscitar, em que podemos ter o privilégio de servir de parteiros a paradigmas emergentes, vale a pena poder beneficiar da reflexão e da acção política que, em Portugal, só o PS propicia”.

Segundo o novel camarada, “ser do PS é acreditar que Portugal pode ser um país fantástico, com uma qualidade de vida que valha a pena viver, com uma postura na Europa de que nos possamos orgulhar, com uma voz activa e respeitada no concerto dos povos e das nações”.

E reafirmou, de seguida que, “ser do PS, em Portugal, nestes tempos de Abril, é acreditar que a utopia de uma sociedade mais comunitária e incluyente, mais igualitária e sempre livre, mais equitativa e fraterna

continua a fazer sentido, a conferir-nos sentido como homens e a ser uma urgência do PS”.

#### A urgência de despertar

E porque a crença nos ideias e nos valores é o laço que continua a unir a geração dos fundadores à dos novos aderentes, no jardim da sede do PS esteve presente Liberto Cruz, um dos 27 delegados que, na Alemanha, assistiu ao nascimento do Partido Socialista. Com a nostalgia de quem não esquece o suor da luta travada, Liberto Cruz lembrou o nevão de Bad Müntersee-Eifel “quando foi assinada a acta memorável”.

O calor, o entusiasmo e a alegria dos recentes militantes socialista encheu de sol português a sala da Fundação Frederich Hebert e foi comovidamente e sem aviso prévio que num coro quase instantâneo se cantou o hino nacional”, relatou o camarada, confidenciado que naquele momento “estava cumprido o sonho político”.

“Nem sempre, ao longo destes 29 anos, o Partido Socialista soube cumprir os ideais em que foi concebido”, confidenciou Liberto Cruz, explicando que “por razões inesperadas ou necessárias, ocasionais ou diversas, adaptaram-se por vezes práticas a situações que chocaram e desagradaram os fundadores”.

Mas, apesar de reconhecer “que as ideologias precisam de se ajustar e de evoluir com a própria realidade, o camarada defendeu que “há princípios intocáveis, desvios incompreensíveis e deslizes desnecessários”.

“Sei muito bem que a nossa energia física já não é a mesma, porém, a força anímica e a alegria de ter estado presente no seminário da Alemanha continuam idênticas e inabaláveis”, garantiu, frisando que “29 anos depois estamos de novo na oposição, mas numa oposição em liberdade, para a qual foi decisiva – e é bom não esquecer-lo – a acção corajosa do nosso Partido”.

Liberto Cruz admitiu não saber quanto tempo os socialistas vão ter de esperar para poder vir a ganhar as próximas eleições, mas afirmou-se há reformas e há soluções para o nosso país que só podem ser feitas e dadas por um partido laico e republicano, por um partido de esquerda, isto é, o Partido Socialista – um partido que precisa de despertar”.

#### Esperança de ferro

E porque essa regressar às lides e à luta partidária está na ordem do dia, outro histórico e actual presidente do PS, António Almeida Santos, usou da palavra para fazer chegar um alerta: “Preparem-se porque a luta vai ser muito dura. Ele (Ferro) vai começar a ser combatido porque é preciso destruir a liderança do PS para combater o próprio PS”. “Já começaram a destruí-lo como destruíram António Guterres”, denunciou, descrevendo o ex-secretário-geral como “o homem mais extraordinário português e europeu, o mais extraordinário líder europeu que Portugal já teve e que é ainda presidente da Internacional Socialista”.

Para os tempos que correm, Almeida Santos ratifica a sua confiança na liderança de Ferro.

“Ele se está a revelar um grande líder político, que já começou a apanhar tarefa e vai com certeza ser fustigado pelos nossos adversários, que dominam a Imprensa e, portanto, os fluxos da opinião pública”, considerou, lembrando que o Governo de direita liderado por Durão Barroso “inventara a história do défice para justificar o não cumprimento das suas promessas eleitorais”.

E, porque “isso é tão evidente que só um cego é que não vê”, o presidente dos socialistas aconselhou os seus camaradas a serem “muito lúcidos e firmes na defesa dos nossos valores e princípios”, porque “este programa de Governo é o mais neo-liberal que já se viu na história política de Portugal, após o 25 de Abril”.

“Não tenham ilusões a esse respeito, garantiu, advertindo que “vem aí a livre competição, o esvaziamento do Estado, o recuo no progresso, a dificuldade em nos adaptarmos à modernidade”.

Para Almeida Santos, o PS tem de ser, outra vez, “o baluarte da defesa do valores do progresso, da modernidade, da partilha, da justiça social, da liberdade, do Estado regulador/interventor para que o forte não esmague o fraco”.

Para isto é preciso preservar a união e a coesão no seio da família socialista, que, na opinião do fundador, se vê fortalecida por “novos rostos e valores”.

“Hoje é um dia triste porque perdemos um grande fundador, o nosso Alvaro Guerra, lembrou o presidente, evocando o falecimento daquele que catalogou como “um grande escritor, diplomata, um grande socialista”.

“Mas, ao mesmo tempo que perdemos essa grande referência ganhamos outros valores”, ressaltou, dirigindo-se aos novos militantes aos quais endereçou uma calorosa saudação e agradeceu o facto de “terem abrilhantado uma linda tarde de Sol”.

“O Partido Socialista é uma família que cresce felizmente, e cresce sobretudo nos momentos menos bons”, disse, explicando que “as novas adesões são significativas por resultarem da genuína convicção ideológica”. Segundo Almeida Santos, o PS é “uma família que sabe partilhar”, que “teve momentos de luta e de triunfo e que esteve na base da luta pela liberdade”, pelo que não hesitou em reconfirmar: “Naquilo que eu ainda puder

estar convosco nessas batalhas estarei convosco, mas a esperança está no Ferro Rodrigues”.

### A exigência de melhorar

Um outro apelo à renovação e ao reforço de fileiras foi deixado por Jaime Gama. O camarada saudou os todos os fundadores socialistas porque, “ao criarem o PS, deram um grande salto na vida política portuguesa”. “O percurso da democracia portuguesa teria sido diferente, teria sido menos feliz, sem o Partido Socialista”, sublinhou, afirmando-se confortado por ter assistido à passagem de “uma centena de inscritos, em 1973, para

uma centena de milhar, hoje”, número ao qual adicionou um valor qualificado de três mil novos militantes.

Gama frisou que o PS passou também “de um partido que combatia na situação de ditadura para um partido popular e um grande partido nacional”.

“O PS é uma força indispensável na vida portuguesa”, garantiu, sem deixar passar a oportunidade de chamar à consciência todos os socialistas para o facto de “termos perante nós a exigência de melhorar o PS”.

“A reforma dos partidos políticos é também um imperativo da reforma do próprio sistema democrático”, defendeu, pelo que exortou todos os camaradas a colaborarem para tornar

o partido “uma estrutura aberta de acolhimento”, onde se “não perca a autonomia pessoal, nem a capacidade de elaborar e apresentar ideias, de as debater e discutir e onde se tratem as sínteses políticas que norteiem as nossas propostas básicas para a governação do País”.

Outra das exigências dos nossos tempos prende-se com a necessidade de “um PS, aberto, tolerante, com ideias, propositivo, afirmativo, moderno, para o cumprimento do combate político que tem pela frente” e a qual, assegurou Gama, “vamos seguramente dar uma resposta adequada a bem de Portugal”.

MARY RODRIGUES

## NOVOS MILITANTES

**Desde a realização das eleições legislativas de 17 de Março aderiram ao PS cerca de três mil novos militantes. Dos novos camaradas que se deslocaram à sede nacional, o “AS” falou com quatro, ficando a conhecer os motivos que os levaram a inscrever-se no Partido Socialista.**

### Fernando Gonçalves

39 anos  
Técnico de informática da Administração Pública  
Adesão em Janeiro de 2002

“Revejo-me plenamente e sem qualquer dúvida no Partido Socialista e no seu líder, Eduardo Ferro Rodrigues”.

“Tenho desde muito cedo a convicção das formas de estar e dos ideias socialistas e sempre acreditei nisso e achei que nesta altura, atendendo aos últimos resultados eleitorais autárquicos e nacionais, poderia participar mais activamente naquilo para que fosse solicitado”.

### Marta Silva Ferreira

27 anos  
Técnica superior de política social  
Adesão a 21 de Março de 2002

“Aderi ao PS porque sou de esquerda e porque o Partido afirma com inequívoca clareza essa sua natureza. Porque teve um discurso coerente, efectivo, próximo das pessoas. Porque teve uma acção governativa honesta, assumindo o que de bom e menos bom se fez e porque realizou uma campanha fabulosa”.

“O PS de Ferro Rodrigues conseguiu cativar quem

se considerava de esquerda embora em filiação política para esta ideia de renovação e reforço de um partido que considero que tem reunido cada vez mais condições para se tornar governo nas próximas eleições”.

### Joana D. Chouriço

38 anos  
Monitora de actividades para a terceira idade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
Adesão a 14 de Março de 2002

“Mesmo sem estar inscrita eu já era militante na minha área de actividade. Quando é dia de eleições saio sempre de casa muito cedo para levar todos os meus idosos para a votação”.

“Inscrevi-me agora no PS por julgar ter chegado a altura. Já tinha pensado sobre isso antes, mas chegou o dia e concretizei a minha decisão”.

### Rui Caçador

47 anos  
Treinador adjunto da selecção nacional de futebol  
Adesão em Março de 2002

“Sou um socialista de longa data, mas sou aderente do Partido Socialista nesta altura fundamentalmente por duas razões: porque fui mandatário distrital do meu amigo e companheiro José Junqueiro e porque me revejo em Ferro Rodrigues e no caminho que ele traçou para o novo PS”.

“Faço questão de, numa hora de aparente derrota, marcar presença e dizer às pessoas que ser de esquerda é estar ao lado do PS e que estar ao lado do PS não é permanecer na cómoda postura do independente”.

M. R.



ANTÓNIO COSTA AFIRMA

# CREDIBILIDADE DO GOVERNO ESTÁ PERDIDA

**O líder parlamentar do PS, António Costa, afirmou no Parlamento que a "credibilidade" do Governo e do primeiro-ministro estão irremediavelmente perdidas ao ter "traído" o principal compromisso eleitoral do PSD, o choque fiscal, ironizando que "pela boca morre o peixe".**

Na sessão de encerramento do debate do programa do Governo, o líder do Grupo Parlamentar do PS desmontou todas as suas fragilidades, incongruências e promessas e expectativas defraudadas, ao mesmo tempo que anunciava um conjunto de diplomas que os socialistas irão apresentar brevemente na Assembleia da República. São eles os projectos de lei da reforma eleitoral, de lei da estabilidade orçamental, de criação do cartão único do cidadão e de cem farmácias sociais.

Ao longo do seu discurso, que foi marcado por uma cerrada e contundente crítica ao Governo e ao seu programa, António Costa afirmou que "o que move e norteia o PSD no Governo é o combate ao PS", salientando: "Escolheram o caminho, têm legitimidade para o prosseguir. Não terão é a nossa companhia."

"A partir de hoje - disse -, a legitimidade deste Governo assenta e depende dos deputados eleitos pelo PSD e pelo CDS-PP", subsistindo enquanto durarem esses afirmou apoios."

"O primeiro-ministro fica politicamente dependente do seu parceiro de coligação. Durão Barroso não saberá se cai, mas, desta vez, sabe quando cai. É quando o doutor Portas quiser", argumentou.

O presidente do Grupo parlamentar do PS fez também uma série de acusações sobre o eventual abandono do "choque fiscal" prometido pelo PSD na campanha eleitoral.

"O primeiro-ministro achou que valia tudo para ganhar votos e ganhou os suficientes, mas alienou o que de mais precioso pode ter um líder político: a credibilidade", afirmou, rematando com um ditado popular: "Pela boca morre o peixe."

António Costa acusou ainda o Governo de "empolar o défice em 2001 de Portugal" e de mentir sobre a execução orçamental tal no primeiro trimestre de 2002.

"O drama do primeiro trimestre é uma mentira. Uma mentira para procurar esconder a mentira eleitoral do choque fiscal", concluiu.

## Elisa Ferreira empolga

Na sua estreia como deputada, Elisa Ferreira empolgou por várias vezes os seus companheiros de bancada, numa das mais aplaudidas intervenções, com um discurso contundente



contra Durão Barroso, que acusou de ter defraudado os eleitores, ao ter deixado cair "no esquecimento" muitas das bandeiras prometidas durante a campanha eleitoral, como o choque fiscal, o apoio ao Alqueva e ao interior do país.

Elisa Ferreira dirigiu duras e justas críticas ao Governo de direita, que acusou de ter feito promessas na campanha apenas para "ser eleito".

"Não me parece bem que tenha prometido apoio claro ao interior do País, à desconcentração, ao Alqueva e o choque fiscal durante a campanha e agora, no governo, tudo isso tenha desaparecido de um programa que é para quatro anos", acusou a deputada.

A deputada socialista classificou ainda de "preocupante" o programa do Governo, por dar "tratamento tão desatento" à ciência e tecnologia ou à indústria e comércio, e criticou Durão Barroso por ter suspenso a co-

incineração sem apresentar alternativas e algumas obras públicas numa legislatura que coincide com o fim do actual Quadro Comunitário de Apoios.

## Ofensiva contra o sector público

O ex-ministro da Cultura Artur Santos Silva, outro estreante na bancada socialista, acusou o Governo de querer abrir uma "verdadeira competição" entre sector público e privado, colocando o Estado do lado dos privados.

Artur Santos Silva, acusou o novo Executivo de coligação de fazer apenas incidir a redução da despesa sobre os serviços públicos.

"O que este Governo quer, designadamente na saúde e na segurança social, é uma verdadeira competição entre os pilares (privado e público), no qual o Estado se propõe tomar partido contra o pilar público", sublinhou o deputado

socialista.

Como exemplos, o deputado socialista apontou a intenção do Governo de alienar um canal da estação pública de televisão, das políticas contra o alegado "estatismo" da educação, saúde e segurança social.

Artur Santos Silva considerou ainda que no programa está presente "um preconceito contra os excluídos", apontando como exemplo o "enquadramento das políticas de imigração" inscrito no documento, que se pauta ainda, segundo o ex-ministro, por "uma preocupação securitária".

Muito comentada na Comunicação Social, até por se tratar de um antigo jornalista, foi a intervenção de Vicente Jorge Silva, particularmente o momento em que "palha" foi a palavra espontânea com que classificou o programa do Governo de Durão Barroso, para de seguida afirmar que o mesmo é de vacuidade total.



**EURO 2004**

**LELLO QUER SABER TUDO SOBRE VERBAS**

Numa altura em que se multiplicam por variados protagonistas político-mediáticos “imprecisões propagandísticas, denúncias não sustentadas e afirmações meramente especulativas” sobre os compromissos do Estado relativamente ao Euro 2004, o deputado socialista José Lello, em nome da “transparência democrática”, entregou na mesa da Assembleia da República um requerimento dirigido ao Governo.

No documento, José Lello solicita informações sobre o valor dos apoios do Estado aos promotores do Euro 2004 constantes dos contratos-programa subscritos e homologados, relativos às operações de construção ou remodelação dos estádios, bem como à construção dos estacionamentos requeridos pela UEFA nos perímetros de segurança situados na envolvente dessas infra-estruturas desportivas.



O antigo ministro da Juventude e do Desporto quer saber o valor de construção das acessibilidades directas dos estádios do Euro 2004, contratualizadas entre o Ministério do Equipamento Social, através do IPE, e as câmaras municipais onde os referidos estádios se encontram implantados, bem como o valor das adjudicações já feitas, ou da orçamentação das empreitadas ainda não adjudicadas, da construção das valências desportivas dos estádios a cargo das câmaras municipais que são promotoras do Euro 2004. Na exposição de motivos, Lello considera que “à luz da necessidade imperiosa de um escrutínio rigoroso de todos os meios públicos envolvidos no projecto em curso, impõe-se que o Estado dê claro conhecimento da dimensão dos dinheiros públicos empenhados no Euro 2004, em ordem à avaliação

correcta da sua rentabilidade, mas também para evitar futuras derrapagens que, de outro modo, a coberto da confusão deliberadamente instalada, poderia vir a ser encoberta e indevidamente imputada”.

**Lello contra fusão IPJ/Movijovem**

Entretanto, José Lello considera que a proposta do Governo de direita de agregar o Instituto Português da Juventude (IPJ) com a Movijovem - a quem compete a gestão do Cartão Jovem e das Pousadas da Juventude - “não é possível”. O anterior ministro da Juventude e do Desporto refere que o IPJ é um instituto público e que a Movijovem é uma cooperativa com sócios privados, ou seja, explica, a diferença de estatutos jurídicos e o facto de os funcionários desta última não terem vínculo à função pública impossibilita a junção. “O que fazem com eles, despedem-nos?”, pergunta Lello, acrescentando que a proposta demonstra “desconhecimento dos ‘dossiers’”.

J. C. CASTELO BRANCO

**SAÚDE E SEXUALIDADE**

**SOCIALISTAS QUEREM ESTUDO NACIONAL SOBRE ABORTO CLANDESTINO**

Os deputados do PS Helena Roseta e Francisco Assis entregaram, na Assembleia da República, um projecto de resolução em que se pede ao Parlamento a realização de um estudo sobre aborto clandestino. Roseta Assis admitem que esse estudo possa ser realizado por uma entidade externa, eventualmente um universidade, tendo também como base de incidência o cumprimento da legislação sobre aborto eugénico (por mal formação do feto) no País.

“Em Portugal, há indícios que os abortos clandestinos continuam a verificar-se com uma proporção preocupante, sobretudo em certos estratos da população feminina (adolescentes, mulheres com menos recursos económicos e toxicodependentes), referem os dois deputados.

“O estudo deverá traçar um quadro de evolução do aborto clandestino em Portugal, ao longo dos últimos anos”, dando preferência aos últimos quatro, ou seja desde a realização de um referendo que ditou, por escassa margem, o “não” à despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Para os parlamentares do PS, o estudo deve apurar o número de abortos praticados nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (por mal formação do feto, por violação, ou perigo de vida para a mãe), assim como o número de complicações de saúde que resultaram de abortos clandestinos.

Os dois deputados do GP/PS querem ainda saber o número de casos de violação da lei investigados pelos serviços policiais, assim como o número de processos remetidos a tribunal.

“Embora sejam escassos os casos de prática de aborto ilegal que chegam a tribunal, é bastante alargada a ideia de que a condenação ao banco dos réus não é a melhor forma de evitar que tais práticas continuem a ter lugar”, explicam Helena Roseta e Francisco Assis.

**DIREITOS DA MULHER**

**AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA**

Os eurodeputados socialistas promovem uma audição pública sobre os direitos da mulher em matéria de saúde sexual e reprodutiva, um tema que está actualmente na ordem do dia do Parlamento Europeu.

Pretende-se, com este evento, “auscultar a sociedade civil, a classe política e as organizações não governamentais sobre o importante e polémico conjunto de propostas em debate no PE – sobretudo ao nível da interrupção voluntária da gravidez – na perspectiva da votação do Relatório, pela Comissão dos Direitos da Mulher, nos dias 21 e 22 de Maio”, lê-se numa nota à Comunicação Social divulgada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu.

Os eurodeputados Helena Torres Marques e Sérgio Sousa Pinto serão dois dos oradores na audição pública, para a qual foram igualmente convidados os deputados da Assembleia da República, organizações de defesa dos direitos da mulher, bem como outras estruturas da sociedade civil relacionadas com o tema a discutir.

O encontro está agendado para o próximo dia 17 de Maio, em Lisboa, nas instalações do edifício Jean Monnet, sendo uma iniciativa aberta ao público em geral e aos órgãos de informação. m.a.

**CONSELHO DAS COMUNIDADES**

**CARLOS LUÍS APRESENTA PROJECTO DE ALTERAÇÃO**

O prometido é devido. O deputado socialista Carlos Luís cumpriu - na primeira sessão de trabalhos do Parlamento - a promessa eleitoral de entregar uma proposta de alteração da lei do Conselho das Comunidades (CCP).

O documento, que faz um balanço positivo do funcionamento e orgânica daquele órgão de aconselhamento do Governo em matéria de comunidades, é, segundo o deputado socialista eleito pela Europa, fruto da auscultação das opiniões não só do Conselho Permanente mas de todos os membros do Conselho.

O aumento de 100 para 115 do número de conselheiros e a utilização dos cadernos eleitorais para as legislativas e eleição do Presidente da República são as principais novidades do projecto.

O mapa de distribuição de mandatos terá em conta que um círculo eleitoral com 100 a 5000 eleitores elege um conselheiro, os que tiverem de 5001 a 10.000 eleitores escolhem dois conselheiros, podendo os círculos com mais de 10.000 eleitores eleger três conselheiros.

Acima deste número serão eleitos mais um conselheiro por cada 5000 eleitores. A eleição para o Conselho Permanente é feita por continente, em termos proporcionais ao número de eleitores inscritos.

O projecto de lei socialista pretende alterar a lei 48/96 (que criou o Conselho das Comunidades) nas matérias que conduziram a uma situação de impasse provocada pela aplicação da legislação vigente sobre a distribuição dos mandatos.

O mapa apresentado, no início de Setembro do ano passado, atribuía a maioria dos lugares à Europa, com grandes descidas na representatividade das comunidades do Brasil, Estados Unidos, Canadá e África do Sul, entre outras.

Face à onda de protestos que se gerou, o anterior secretário de Estado das Comunidades decidiu, ouvido o Conselho Permanente, suspender as eleições para o Conselho, marcadas para 25 de Novembro do ano passado, remetendo para o Parlamento a alteração da lei.

Durante a campanha eleitoral, Carlos Luís, cabeça-de-lista socialista pelo Círculo da Europa, tinha prometido apresentar o projecto do PS na primeira sessão de trabalho do novo Parlamento.

**CAT**

**VITALINO QUER EXPLICAÇÕES**

O deputado socialista Vitalino Canas apresentou um requerimento na Assembleia da República solicitando esclarecimentos ao ministro das Saúde sobre “a eventual extinção do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência (SPTT) e encerramento de Centros de Atendimento a Toxicod dependentes (CAT)”.

Vitalino Canas lembra que no programa do Governo lê-se que “em matéria de tratamento, o Estado deve assumir um papel de complementaridade, de coordenação e de regulação relativamente a propostas disponíveis no sector privado e social”. Significa isto a extinção do SPTT?, pergunta Canas.

Diz-se também que “a estrutura dos CAT será reavaliada na sua distribuição geográfica”, refere Canas, que pergunta: “Significa que irão ser fechados CAT?”



**E data dessa época o início de um trabalho de propaganda bem elaborado, sublinhando de forma repetida a insustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social, designadamente nas prestações diferidas – vulgo, pensões – se não fossem adoptadas reformas profundas nos desenhos dos requisitos para a sua atribuição.**

Realizou-se em Madrid, entre 8 e 12 de Abril deste ano, a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, organizada pelas Nações Unidas, cuja análise prospectiva merecerá, a seu tempo, comentário a propósito das suas implicações. Hoje o que gostaria de recordar, era o seguinte:

De acordo com a documentação preparada para divulgar o evento, o objectivo principal desta iniciativa seria o de uma revisão do Plano de Acção Internacional sobre o Envelhecimento que foi preparado em 1982, aquando da primeira Assembleia sobre este tema, em Viena.

Esta última constituiu a primeira grande abordagem estruturada da temática do envelhecimento e da evolução então previsível da demografia a nível mundial. E, como tudo na vida pode ter duas perspectivas – a positiva e a negativa –, os apuramentos que a esse propósito se realizaram, foram utilizados por uns com uma preocupação positiva, por outros com uma preocupação derrotista.

Entre nós e, apesar de já terem passado vinte anos, lembro-me bem do catastrofismo que proclamaram alguns daqueles que gostam recorrentemente de se reclamar mais bem informados do que todos os outros e que, gostam também, de auto-alardear essa sua pretensa superioridade aos quatro ventos.

E data dessa época o início de um trabalho de propaganda bem elaborado, sublinhando de forma repetida a insustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social, designadamente nas prestações diferidas – vulgo, pensões – se não fossem adoptadas reformas profundas nos desenhos dos requisitos para a sua atribuição. Trata-se, sem dúvida de questão séria. E tão séria que deve ser abordada com profundidade, com seriedade e fazendo apelo aos princípios que fundamentam a civilização europeia.

Pretendo com isto dizer que a resposta a estas questões é uma, se o problema for abordado numa perspectiva meramente técnica, e é outra – porventura diametralmente oposta – se for abordada numa perspectiva política, pondo a técnica ao serviço desta, em função dos objectivos que se propõe atingir.

Infelizmente, as mensagens repetidamente ouvidas sobre este tema foram, em meu entender, desastrosas. Aquilo em que mais se insistiu foi na alteração do “ratio” entre população activa e pensionistas e no progressivo agravamento desse “ratio”, dando destes a imagem de parasitas relativamente à população activa e criando um sentimento de receio junto dos mais novos no sentido de que, a manter-se tudo sem alteração, quando chegasse a sua altura de se reformarem, não haveria capacidade financeira para suportar as suas pensões.

Estas mensagens subliminares sobre as quais se insistiu de múltiplas formas, contribuíram para abanar no nosso sistema de valores aqueles que têm que ver com a solidariedade intergeracional.

Basta pensar um pouco para perceber que a população activa o é, porque os seus ascendentes quando eram activos, lhes permitiram ser-lo, ao terem-lhes proporcionado, quantas vezes à custa de enormes sacrifícios, as ferramentas indispensáveis para o efeito.

E aqueles que acenavam com esses cenários catastrofistas eram os mesmos que achavam que só havia uma solução para o problema: transformar o sistema público de segurança social num sistema de mínimos –

# ENVELHECIMENTO

plafonamento para descontos e para benefícios – e encaminhar todos aqueles que ganhavam acima desses tectos para a constituição de benefícios complementares junto das seguradoras privadas.

Este cenário serviu de bandeira constante durante os dez anos de governos PSD. A falência do Sistema de Segurança Social foi sistematicamente brandida por quem criava simultaneamente as condições favoráveis à sua ocorrência ao não cumprir a Lei de Bases da Segurança Social e, conseqüentemente, não transferindo do Orçamento de Estado para o da Segurança Social os montantes compensatórios dos regimes contributivos.

Dito isto, fica claramente a descoberto que este problema é um problema político, pois tem que ver com o modelo de sociedade que defendemos. Uma sociedade assente nos valores da solidariedade, no reconhecimento da dignidade da pessoa humana, ou uma outra que considera que os excluídos são uma consequência natural do crescimento económico e que cada um é responsável por si próprio. Entre estes dois extremos há, certamente, gradações mas, por vezes, as fronteiras que os separam são muito tênues se não houver uma matriz referencial.

Evidentemente que tudo isto tem que ver com a Lei de Bases da Segurança Social e com a forma politicamente coerente como o Governo cessante do Partido Socialista a concebeu e como, através da técnica inteligentemente construída, assegurou sustentabilidade financeira aos objectivos politicamente definidos.

Um regime público obrigatório até aos doze salários mínimos nacionais e, na parte da remuneração superior a esse valor, possibilidade de opção pela manutenção dos descontos para o sistema público ou sua realização em segurador privado ou social (plano mutualista). Este regime concilia a garantia de receitas que permitam a sustentabilidade financeira do sistema público e, garantida a solidariedade, o respeito pelo espaço de liberdade de cada um nesta matéria.

Este é o equilíbrio que a actual maioria se prepara para quebrar. Veremos como o fará e com que consequências previsíveis no abalar do sentimento de segurança, perante os riscos sociais inerentes à vida, que os direitos sociais constitucionalmente previstos permitiriam criar em todos nós.



**MARIA DE BELÉM ROSEIRA**  
DEPUTADA DO GP/PS

**Lúcida e corajosamente, o governador do Banco de Portugal já o tinha anunciado e, politicamente, a Comissão Europeia acaba de o afirmar ao validar as contas públicas com um nível de desequilíbrio inferior aos fatídicos 3 por cento do Pacto de Estabilidade e Crescimento.**

Sem surpresa o programa do Governo da coligação PSD/PP foi aprovado na Assembleia da República.

Sem surpresa, porque dispunha de uma razãoável maioria parlamentar e não seria de imaginar (a não ser para os que ainda não perceberam o que se passou em 17 de Março) que viessem a ocorrer rupturas de última hora. Numa verdadeira manifestação de arrogância, mas que também pode ser entendida como um desejo de agregação, o primeiro-ministro deu-se ao luxo de apresentar uma moção de confiança.

Os partidos minoritários de esquerda, com representação parlamentar, regozijaram-se com a apresentação de moções de rejeição próprias que tinham à partida o destino traçado, mas parecem muitos satisfeitos e realizados por o terem feito.

O PS fez o que devia: recusou a confiança que o Governo lhe solicitou, afirmou-se como alternativa, não se deixou encurralar na ideia de que poderá ser apenas uma força de bloqueio contra o interesse nacional e procurou rebater a argumentação demagógica que o Governo e o PSD exibiram para justificar as políticas a que estão condenados (porque essa é a sua verdadeira natureza ideológica) a aplicar.

Não tendo seguido directamente o debate parlamentar não posso pronunciar-me sobre a eficácia conseguida pelos socialistas em relação a este último ponto.

Retenho contudo a afirmação feita pelo anterior líder parlamentar, em intervenção na Comissão Nacional, de que o PS estará condenado a um prolongado período de oposição se for incapaz de rebater os argumentos e eliminar a colagem que a direita lhe pretende fazer, em relação a um imaginário estado caótico da economia portuguesa. Sou muito sensível a este argumento que, aliás, por diversas vezes tem sido objecto da minha análise.

A situação económica portuguesa não pode ser desligada da necessidade de intervir nos planos social e do investimento e, portanto, não deve reduzir-se a uma discussão em volta da questão do défice das Finanças Públicas.

Lúcida e corajosamente, o governador do Banco de Portugal já o tinha anunciado e, politicamente, a Comissão Europeia acaba de o afirmar ao validar as contas públicas com um nível de desequilíbrio inferior aos fatídicos 3 por cento do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Ontem mesmo o futuro vice-presidente do Banco Central Europeu – o grego Papademos – reconhecia que o objectivo da estabilidade dos preços – que implica o saneamento rigoroso das finanças públicas europeias – não pode ser desligado dos objectivos de um crescimento económico estável e sustentado e de um alto nível de emprego.

Estes objectivos foram atingidos durante os governos socialistas, de uma maneira confortável e se alguma desaceleração se verificou nos dois últimos anos (desaceleração e não inversão de tendência) tal deve-se em boa parte à moderação da conjuntura internacional e à natureza das políticas internas – voltadas para o social e para o desenvolvimento local – que tomam incompressível, no curto prazo, mais de 80 por cento da despesa corrente

**VISTO DE BRUXELAS**

## DO OÁSIS CAVAQUISTA À TANGA DO DURÃO

sem juros. Por outro lado, obviamente, não é recomendável a paralisação do esforço de investimento que teria implicações negativas no aproveitamento dos fundos comunitários.

É neste quadro que o PS deve elaborar a sua política de alternativa e exercer a oposição, acrescentando-lhe a exigência do progresso das políticas sociais, sobretudo das políticas sociais chamadas de nova geração.

A decisão de aumentar os impostos, agravando a generalidade dos consumos dos portugueses e diminuindo ainda mais a competitividade de algumas empresas e de alguns sectores, a decisão de não baixar impostos (e nalguns casos ainda bem) que beneficiaria principalmente os altos rendimentos, a decisão de não mexer nos benefícios fiscais, a decisão de anular o que ainda resta da reforma fiscal, a decisão de não priorizar a luta no combate contra a evasão e fraudes fiscais, são decisões exclusivamente da responsabilidade do PSD. Legítimas face aos resultados eleitorais, embora imorais face às promessas de campanha, mas sempre decisões da exclusiva responsabilidade do PSD que nada tem a ver com uma hipotética situação de grave crise económica herdada dos socialistas.

Denunciar isto, perante a opinião pública é não apenas um dever mas uma verdadeira condição de sobrevivência política.

O PSD legou-nos, há uns anos atrás, “o oásis cavaquista” quando, então sim, a economia e a sociedade abanavam e se degradavam progressivamente. Não pode agora legar-nos a imagem de um “país de tanga”, o que é contrariado pelo dia-a-dia dos portugueses, pelo elevado nível de emprego, pela continuidade do crescimento da maioria dos rendimentos reais, pelo acesso de todos de forma crescente a bens de consumo duradouro e de lazer e pela progressiva melhoria das políticas sociais.

A pedagogia, o esclarecimento e a identificação com o que realmente pensa a opinião pública constituem com a inevitável reposição da verdade as imperativas prioridades da alternativa socialista.

Sem nunca esquecer ou rejeitar (porque os maus exemplos se não copiam), quando for o caso, a possibilidade de entendimentos e acordos sempre que estiverem em causa as grandes questões de interesse nacional e em particular o bem-estar das novas gerações.



**MANUEL DOS SANTOS**

## CONGRESSO DA ANAFRE

# SAMPAIO ELOGIA AUTARCAS DAS JUNTAS

**O Presidente da República, Jorge Sampaio, teceu rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pelos autarcas das Juntas de Freguesia, "heróis anónimos que trabalham em nome da população", defendeu uma maior descentralização de competências e sugeriu a criação de associações destes órgãos autárquicos.**

"Vocês são os heróis anónimos que trabalham em nome da população, em proximidade delas. Merecem a nossa consideração e estímulo, pois são o garante que a democracia existe e funciona", disse Jorge Sampaio na sessão de encerramento do VIII Congresso da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), que decorreu no passado fim-de-semana em Lisboa.

Numa intervenção de improviso, o Presidente da República, sublinhou ainda a responsabilidade que recai todos os dias sob estes autarcas, uma "responsabilidade difusa e que não se vê todos os dias". Relembrando os tempos em que foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o trabalho feito na tentativa de redefinir as freguesias da capital, e que nunca se chegou a concretizar, Jorge Sampaio sugeriu a criação de associações de freguesias.

"Temos de fazer associações de freguesias pela

proximidade e comunhão de interesses", frisou, acrescentando que isso possibilitaria uma concentração de esforços.

A questão da descentralização de competências foi também abordada pelo Presidente da República que reconheceu não compreender porque é que "há certas competências que não estão descentralizadas para as Juntas de Freguesia".

"Se queremos que haja descentralização, que é mais que justificada, podemos ensaiar descentralizando dos municípios para as freguesias", sublinhou Jorge Sampaio, que defendeu a descentralização de competências em áreas como o saneamento e algumas questões relacionadas com o urbanismo.

Uma descentralização que o Presidente da República classificou como "absolutamente necessária".

"O País precisa de retomar a dinâmica



descentralizadora. Não é fácil, é exigente, mas é absolutamente necessário. A decisão precisa de estar mais próxima das pessoas e, com uma maior dinâmica, vem sempre uma maior descentralização", referiu ainda Jorge Sampaio. No final do seu discurso, o Presidente da República enalteceu mais uma vez o papel desempenhado por todos os autarcas das freguesias e agradeceu a "dedicação diária" que demonstram.

## Parceiro social

Por sua vez, o presidente cessante da Anafre, o socialista José Rosa do Egípto, elegeu o reconhecimento desta entidade como parceiro social como a mais importante conquista do seu mandato que agora termina.

"Aquilo que para nós foi a grande conquista deste mandato foi o nosso reconhecimento como

parceiro social, reivindicação transitada desde o nosso primeiro congresso", disse.

Para Rosa do Egípto, este estatuto permitiu à Anafre uma série de pareceres nas matérias respeitantes ao Poder Local, assim como participar em comissões e grupos de trabalho, tais como o Conselho Nacional para a Família e a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco.

Relembrando que as competências que as freguesias passaram a deter "trouxeram à Anafre uma maior responsabilidade", Rosa do Egípto, que é também presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, em Lisboa, sublinhou que o trabalho das autarquias e da associação está sempre incompleto.

"Somos receptivos a todo o sentido de crítica que venha a contribuir para a melhoria da nossa associação", acrescentou.

## AMBIENTE E URBANISMO

### POLIS EM ANDAMENTO

A revitalização urbana de Castelo Branco integrada no programa Polis deu mais um passo em frente. com a apresentação pública do "perfil" do centro urbano da cidade pelos arquitectos Carlos Figueiredo e Josep Mateo.

O projecto foi concebido para "liderar" o Polis Castelo Branco, mais uma medida implementada pela governação socialista a pensar na qualidade de vida das pessoas, no meio ambiente e nas cidades. A intervenção incidirá na zona do Centro Cívico/Devesas, actualmente uma área degradada, com cerca de seis hectares, a que nem uma rotunda pôs ordem no trânsito caótico.

Inserido no programa de requalificação que engloba cerca de duas dezenas de cidades nacionais, Castelo Branco passará a contar com dois túneis e dois parques de estacionamento, ficando a parte entre as ruas da Senhora da Piedade e do Saibriero apenas para peões.

Na praça do Centro de Cultura Contemporânea surgirá um equipamento que está a ser desenvolvido pelo catalão Josep Mateo. Por seu turno, Carlos Figueiredo será o autor do projecto do centro multimédia e da biblioteca municipal.

Na área da Alameda da Liberdade será reorganizada uma área para estabelecimentos de restauração. Entretanto, as intervenções no âmbito do Polis prosseguem na semana de 28 deste mês a 2 de Maio, no Porto.

Durante este período, a arquitecta norte-americana Janet Echelman vai apresentar a sua ideia de escultura com telas para a Praça Cidade S. Salvador, a zona que "liga" Matosinhos e o Porto.

O trabalho faz parte de uma iniciativa mais vasta de renovação da frente ribeirinha da primeira urbe, da autoria de Souto Moura.

Outro projecto que conta com um arquitecto de renome internacional está previsto para Albufeira. Esta cidade vai contar com uma peça de Louise Bourgeois, considerada uma das mais importantes profissionais desta área.

A sua "marca" será colocada na Praça dos Pescadores e deve ter como referência o mar e a pesca. A obra é desenvolvida em conjunto com a arquitecta Inês Lobo, que, actualmente, é responsável pelo projecto de um parque urbano em Brescia (Itália).

Referência ainda para uma ponte que irá nascer em Coimbra no jardim público. Também incluída no conceito de que cada projecto Polis deve ter uma "marca", esta travessia entre as margens do Mondego vai ser pedonal e para bicicletas, situando-se entre as pontes da Portagem e da Europa. A dupla responsável é formada pelos engenheiros Cecil Balmond e António Adão da Fonseca.

M.R.

## CO-INCINERAÇÃO

### RECUO LARANJA LESA PORTUGAL

Abandonar a co-incineração "é uma decisão própria de um primeiro-ministro fraco", alertou José Sócrates, ex-ministro do Ambiente, denunciando que o Governo de direita "cedeu à demagogia, ao facilismo e aos localismos".

"Venceu o preconceito político e não a defesa do interesse nacional", observou Sócrates, para quem a não apresentação de alternativas ao processo de tratamento de resíduos em causa é "verdadeiramente chocante".

Entretanto, também a Comissão Científica Independente (CCI) garante que Portugal dará "um grande passo atrás" com a decisão do Executivo de Durão Barroso de não dar continuidade ao processo de co-incineração dos lixos industriais perigosos.

Recorde-se que a CCI foi criada, ainda durante a governação socialista, para estudar, controlar e fiscalizar aquele método de tratamento de resíduos.

Os presidente e vice-presidente do grupo, Formosinho Simões e Casimiro Pio, frisaram que a opção política do Governo de coligação PSD/PP implicará "consequências ambientais e de saúde pública".

Os representantes da CCI falavam à margem de uma reunião de trabalho, realizada na passada sexta-feira, em Aveiro, para analisar os resultados obtidos nos testes de queima efectuados em Setúbal e no Outão.

Casimiro Pio disse lamentar que as decisões para Portugal fossem prejudicadas por lutas partidárias e pela influência de lobbies locais.

"A oposição tentou sempre dificultar a vida ao Governo socialista, pelo que, para o PSD, que se manifestou contra a co-incineração, não seria correcto não manter agora a mesma posição", observou.

A CCI reafirmou que para um conjunto importante de resíduos industriais perigosos, a co-incineração em cimenteiras é a tecnologia mais "apropriada do ponto de vista económico e ambiental".

"Não tem lógica que agora que os resultados se aproximam, e tendo o Parlamento assim determinado, o processo seja suspenso, defendeu Formosinho Simões, advertindo que embora esta decisão seja da competência do Estado, ela "será lesiva para os interesses nacionais". A CCI alertou ainda para a necessidade de prevenir uma situação de queima descontrolada de resíduos no País.

M.R.

**Somos quatro lusitanos, nomeados por diferentes Instituições entre os 105 Convencionais de toda a Europa, actual e futura. Com clareza devo dizer-vos: independentemente da diferente matriz da nossa legitimidade representativa, há algo de comum que nos identifica e estou em crer, ir-se-á manifestar numa *visão portuguesa da Europa*.**

## UMA VISÃO PORTUGUESA DA EUROPA

Há um desafio tão ou mais importante que o Euro 2004, que é também o Euro 2004! Não se joga com bola nem em tapete verde. Joga-se com ideias e com valores. O seu espaço é a geografia dos campos e das cidades da Europa. Não são 22 em campo, são pelo menos 25: os 15 da actual primeira liga, mais os 10 que lá querem chegar vindos do Leste e do Centro da Europa.

A primeira parte do campeonato já decorre há anos, afina-se agora o apuramento. Conhecidas as equipas apuradas para integrar o campeonato europeu do futuro, preparam-se entretanto as regras do seu funcionamento. Não se fez um congresso para as aprovar, organizou-se sim uma *Convenção*. Terá a duração de um ano e a obrigação de apresentar aos governos um texto de carácter constituinte, onde se desenhem os contornos e os caminhos da Europa nas próximas décadas.

Nestes *Estados gerais da Europa*, que alguns querem comparar ao Congresso de Filadélfia de 1787 de onde saiu a Constituição americana, há quatro portugueses, três dos quais socialistas: o António Vitorino, que representa a Comissão Europeia, o Alberto Costa que representa o Parlamento Nacional e eu próprio em nome do Parlamento Europeu, aos quais se junta o embaixador João Valleria, representante do Governo português. Somos quatro lusitanos, nomeados por diferentes Instituições entre os 105 Convencionais de toda a Europa, actual e futura. Com clareza devo dizer-vos: independentemente da diferente matriz da nossa legitimidade representativa, há algo de comum que nos identifica e estou em crer, ir-se-á manifestar numa *visão portuguesa da Europa*.

Para o conseguirmos não basta invocar verbalmente idiosincrasias e passado histórico. Nem simplesmente dizer que nos batemos por princípios ou que estamos comprometidos com a defesa de Portugal. Tudo isto será muito, pouco ou nada, se não formos portadores de um *consenso nacional alargado*, não soberanista e europeu. Por isso, precisamos ouvir a música e afinar pelo tom das ambições dos cidadãos portugueses sobre a Europa. A começar, precisamos de ouvir o que tem este PS a ensinar-nos sobre ela. Não duvido que há uma vontade ou modo, um jeito nacional de construir a Europa. E é isso que é urgente decantar e fazer prevalecer. É evidente que há riscos. Na Europa a 25, haverá muitas concorrências, maiores partilhas, outras ambições, vários antagonismos de história e de interesses.

Mas a solução não é fugir deles. Tal significaria fugir da Europa. Fizemo-lo, infelizmente desde o pós-guerra até à era Mário Soares. Com ele começámos a enfrentar a história e as suas vicissitudes. Não é agora que nos vamos fechar. E temos de influir nos destinos da Europa, falando em português.

Por mim, sei o que quero. Mas não sei se a maioria dos portugueses quer o mesmo. Precisamos, como fazemos hoje aqui, de abrir as portas ao debate, sem cuidar de saber se são especialistas a falar da Europa. A Europa é de todos ou não será. É essa a atitude do PS. Mas o que me preocupa hoje não é o PS. Com ele ganhámos desde sempre e, particularmente nos últimos seis anos, todas as batalhas europeias.

O que receio é essa aliança liberal-conservadora que, em mancha de óleo, se estende pela Europa, onde o PSD *infelizmente, e o seu líder cada vez mais, vão beber as suas ideias sobre ela*. Essa mancha que polui, estraga e enegrece a Europa, a ponto de fazer com que Le Pen seja uma alternativa democrática em França!

Mas receio mais ainda essa Europa da direita, que no sofisma liberal, anti-ideológico, tecnocrático, nacionalista e nalguns grandes países *neo-imperial*, se prepara para *arquitectar em pilares*, em andares, em *pirâmide*, o que mais não será que um projecto de poder na defesa dos mais fortes.

O PSD, pelo silêncio, pela falta de ideias, pela demagogia, pela crítica cega a tudo o que foi a Europa dos últimos seis anos, desencorou-se do projecto europeu e navega nas águas turvas do ódio à esquerda europeia e nacional.

Uma visão portuguesa da Europa é o contributo dos socialistas portugueses para a Europa do futuro, onde caibam, grandes e pequenos, todas as latitudes e longitudes, credos, filosofias e correntes de pensamento. A nossa arquitectura europeia é a democracia. Sem ela não haverá Europa. É um contributo português democrático e equilibrado, capaz de a fazer perdurar. Por isso a Europa precisa tanto de nós portugueses, como nós portugueses precisamos dela. Este é o meu compromisso na Convenção.



**LUÍS MARINHO**

**Considero essencial que o partido continue disseminado territorialmente e, nomeadamente, nas áreas suburbanas, perto dos mais pobres e dos excluídos. Quando os partidos de esquerda deixam de aí estar, outra militância aí pode surgir, como aconteceu em França desde há vários anos, com a militância populista da extrema-direita.**

## SERENIDADE E DETERMINAÇÃO

A situação actual do Partido Socialista deve ser encarada com serenidade e determinação com vista a vencer as próximas batalhas eleitorais.

Com serenidade, porque, apesar de termos perdido as últimas eleições legislativas, somos um partido fortemente enraizado na sociedade portuguesa. É preciso não esquecer que temos um número muito grande de estruturas de base (secções de residência), que cobrem territorialmente todo o país, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, porventura com um défice de organização nas nossas estruturas da emigração na Europa e no resto do Mundo. Isto sem esquecer as secções de acção sectorial cuja implantação merece ser analisada.

Considero essencial que o partido continue disseminado territorialmente e, nomeadamente, nas áreas suburbanas, perto dos mais pobres e dos excluídos. Quando os partidos de esquerda deixam de aí estar, outra militância aí pode surgir, como aconteceu em França desde há vários anos, com a militância populista da extrema-direita.

Isto não significa que o nosso partido não deva considerar igualmente decisivo consolidar a sua implantação nas classes trabalhadoras e nas novas classes médias urbanas. Todos estes estratos da população são susceptíveis de se reconhecer nos programas dos socialistas e de constituir uma base sólida para a sua implantação.

Na sociedade portuguesa há também segmentos do eleitorado que tendem a exigir uma atenção específica, como os mais velhos, os jovens, as mulheres.

Não podemos também esquecer que a sociedade portuguesa é uma sociedade plural do ponto de vista da origem étnica, cultural e espiritual. Num partido laico e republicano todos têm direito a participar, sem discriminações ou favorecimentos de qualquer tipo, em todos os níveis da actividade e nos órgãos de direcção do partido. O critério terá de ser cada vez mais a igualdade de oportunidades com base no mérito.

Se temos um défice de participação de mulheres e de jovens, esse défice é ainda maior quando pensamos nos portugueses de muitas origens étnicas ou nos estrangeiros legalmente residentes, naturais dos Estados-membros da CPLP e da UE, a quem reconhecemos o direito de participar plenamente como cidadãos na vida partidária.

O PS está numa fase de alargamento e de renovação, e neste processo tanto quanto o número das adesões individuais, que são muito importantes e que saudamos, há que verificar se estamos simultaneamente alargando e consolidando a nossa base social. Há por isso que aprofundar a análise da actual estrutura social portuguesa e perceber onde estão presentes os socialistas.

Devemos também encarar com espírito crítico, mas com bom senso, o nosso passado mais recente. Se conseguirmos manter unida a maioria da base militante, temos de reconhecer que em muitas áreas houve fechamento ao alargamento do partido, isto é, interrompemos o espírito dos Estados Gerais e da Nova

Maioria, que só viemos a retomar com a candidatura a primeiro-ministro de Ferro Rodrigues.

Há que trabalhar com inteligência e determinação para o crescimento quantitativo e qualitativo do partido. Simultaneamente, há que pôr termo ao empolamento do número de militantes por parte de algumas estruturas de base (secções de residência ou secções de acção sectorial). É necessário que haja clareza e verdade nesta matéria, mas isso não pode passar pela diminuição da autonomia e das competências dos órgãos directamente eleitos para dirigir as estruturas de base. O partido tem de se organizar cada vez mais democraticamente, a partir da base.

Num quadro político marcado por uma maioria parlamentar de direita, é necessário não esquecer que se a actuação parlamentar é uma face fundamental de apresentação das nossas propostas e de oposição ao Governo, o PS deve valorizar e dar visibilidade ao trabalho de qualidade que desenvolve em milhares de autarquias, freguesias e câmaras municipais, no Governo da Região Autónoma dos Açores e no Parlamento Europeu.

Tem de estar também mais enraizado na sociedade e nos movimentos sociais, estando atento às causas que eles representam e aos seus porta-vozes, desde os movimentos sociais tradicionais e fundamentais como os sindicatos, até aos novos ligados ao ambiente, à exigência de melhor qualidade de vida ou à luta pela efectivação dos direitos humanos dos imigrantes ou de outros cidadãos discriminados em função da idade, género ou orientação sexual.

É, aliás, fundamental que a nossa presença na frente parlamentar, não indo a reboque de ninguém, saiba ler os sinais que a sociedade for dando da forma como vai reagir à concretização do programa liberal-conservador do actual Governo.

Não esqueçamos nunca que quem sabe o que quer para a sociedade portuguesa, se for determinado, paciente e persistente, conseguirá fazer perceber aos restantes cidadãos que só um programa socialista permitirá prosseguir a modernização solidária da sociedade portuguesa, em vez de o fazer segmentando e pondo em causa a coesão social, como resultado da aplicação do programa da coligação liberal-conservadora.



**JOSÉ LEITÃO**

**MADEIRA**

# DEMISSÃO DE JOSÉ ANTÓNIO CARDOSO

José António Cardoso, que se demitiu da liderança do PS/Madeira alegando falta de unidade interna, admitiu que se poderá recandidatar ao cargo, "se houver sustentabilidade".

O líder demissionário do PS/Madeira confessou não poder continuar a liderar um partido a "meio-gás", sem o envolvimento de todos os militantes do partido e defendeu a necessidade de um debate com vista à clarificação interna.

José António Cardoso salientou que o PS/Madeira vive o "paradoxo" de, "por um lado e individualmente os militantes manifestam-me o apreço pela minha liderança, mas, na prática, não se envolvem na dinamização da coesão interna do partido".

José António Cardoso sublinhou que maus resultados eleitorais não devem ser



obrigatoriamente sinónimo de demissão do líder e lembrou que foi eleito maioritariamente em congresso por representantes das quatro moções que então se apresentaram a votos.

O líder demissionário vai apresentar as suas razões na Comissão Regional do PS no próximo fim-de-semana.

José António Cardoso assumiu a liderança do PS/Madeira a 2 de Fevereiro de 2001 e no seu mandato conheceu duas derrotas eleitorais - nas autárquicas de 2001 em que perdeu a única Câmara socialista da região (Machico) e nas legislativas nacionais de 2002 (em que perdeu um dos dois deputados que o partido mantinha na Assembleia da República). A presidente da Comissão Regional, Luísa Mendonça, assumirá interinamente a liderança do partido até à realização do congresso extraordinário.

**SINTRA**

## VEREADORES PS CRITICAM ORÇAMENTO FRUSTRANTE

A coligação de direita (PSD/PP) em Sintra, liderada por Fernando Seara, conhecido dos meios televisivos e desportivos por dizer os maiores lugares-comuns com o ar mais professoral, começa mal, como se esperava, a sua gestão do município. A ausência de uma ideia, um projecto, ficou bem patente na apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

Segundo os autarcas socialistas, o Orçamento para 2002 e as Grandes Opções do Plano, aprovados pela maioria (PSD/PP) com a sua abstenção, são documentos que "não trazem nada de novo, frustrando as expectativas dos municípios.

"O Orçamento apresentado é um produto congelado. Do ponto de vista técnico é bom, mas não apresenta ideias frescas", disse o vereador Herculano Pombo, justificando a abstenção do PS na votação da proposta do presidente da Câmara.

De acordo com Herculano Pombo, o Executivo de Edite Estrela deixou o município, o segundo maior do País, "efectivamente sustentável", porque não ultrapassou a capacidade de endividamento, teve uma "comparticipação mínima" da Administração Central e "grande capacidade de execução".

"Constatámos que houve rigor na gestão, contenção das despesas e o futuro da autarquia nunca foi posto em causa. A câmara tem condições financeiras e políticas para continuar a investir em projectos, nomeadamente na requalificação urbana, pois a fásquia que deixámos foi alta e não baixa", disse o autarca socialista.

**MONDIM DE BASTO**

## SOCIALISTAS DENUNCIAM DEGRADAÇÃO DAS VIAS MUNICIPAIS

A Comissão Política Concelhia do PS de Mondim de Basto denunciou "o mau estado" em que encontram algumas estradas municipais daquele concelho.

Em conferência de Imprensa, Humberto Cerqueira, vereador socialista na Câmara de Mondim de Basto, considerou que as vias que estão em estado de degradação deviam ser alvo de uma reparação urgente e criticou o "desleixo e inoperância da Câmara na resolução do problema".

Para o autarca socialista, merecem especial destaque as estradas de ligação de Mondim de Basto ao Bilhó, a qual considera ser a principal via que liga à sede do distrito, Vila Real.

"Especialmente no troço da vila ao lugar da serra, atingiu um tal estado de degradação que obriga a uma grande pericia dos condutores para contornarem os buracos de grande dimensão que existem na estrada", frisou.

Humberto Cerqueira considerou ainda que, a estrada que liga a freguesia de Atei à ponte da Barca, outro dos principais acessos do concelho, está "num estado lastimável junto à Quinta de Ónega". "A Câmara deveria efectuar uma intervenção no sentido de tentar melhorar o problema, pelo menos tapar os buracos e facilitar assim a vida aos automobilistas", sublinhou.

**SUÍÇA**

## PS DENUNCIA AUSÊNCIA DE POLÍTICA PARA AS COMUNIDADES

A Federação do PS/Suíça classificou de "inqualificável" e "confrangedor" o programa do Governo do PSD/PP dirigido às comunidades portuguesas, que "não preconiza uma única medida concreta para este sector da governação, revelando ser mesmo o programa para as comunidades menos ambicioso de todos os governos do regime democrático português".

Segundo os socialistas da Suíça, o programa apresentado pelo Governo de direita "constitui um grosseiro atentado às comunidades portuguesas, sobretudo depois das expectativas que estes dois partidos criaram junto da diáspora lusa, durante a campanha para as legislativas".

"Do documento de 202 páginas que constitui o programa do Governo PSD/PP, os cerca de 4,5 milhões de portugueses residentes no estrangeiro foram contemplados com uma dúzia de linhas que consubstanciam uma retórica estafada. Assemelhando-se mais a um daqueles discursos de circunstância que alguns políticos portugueses cinicamente fazem quando visitam as comunidades portuguesas, do que propriamente um programa de Governo a elas dirigido", refere o comunicado da Federação da Suíça do PS.

**FUNDADOR DO PS**

## MORREU ÁLVARO GUERRA



Fundador do PS, Álvaro Guerra, embaixador, escritor e antigo jornalista do "República" e director de informação da RTP, morreu em Vila Franca de Xira, vítima de complicações cardíacas.

Álvaro Guerra, que contava 65 anos, foi embaixador de Portugal em Estocolmo, na Suécia, até ao final do ano passado, finalizando então a sua carreira diplomática e regressando a Portugal. Para trás, ficaram missões na Jugoslávia, Zaire, Índia e Estrasburgo.

Jornalista do "República" e, mais tarde, director de informação da RTP, Álvaro Guerra destacou-se também como escritor, sendo autor de 16 livros.

Com "Crónicas Jugoslavas" conquistou o seu mais importante galardão literário, o "Grande Prémio de Crónica", atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores.

Em Maio, as Publicações D. Quixote lançam o seu último romance, intitulado "No Jardim das Paixões Extintas".



**leitura integral do programa deste Governo deixa-nos uma sensação confusa de "soube-me a pouco" misturada com "não me estão a dizer tudo" e muitas vezes com a dúvida "o que é que isto quer dizer?"**

Com uma grande dose de auto-disciplina obrigiei-me a ler todo o programa do Ggoverno... pPeguei nas duzentas e uma páginas, no meu marcador colorido, no meu lápis, e iniciei o exercício. As primeiras páginas são um verdadeiro manifesto contra o Ggoverno anterior... cContinuei por diante, na esperança de que esta atitude se limitasse a um desabafo inicial, mas... Infelizmente, não. Todo o programa é um manifesto anti-governação socialista. Aliás, ultrapassa mesmo a esfera socialista. É uma crítica a todos nós pPortugueses. O Portugalpaís é apresentado como um país na desgraça total, um autêntico caos e, logo na primeira página é feito o veredicto "Portugal vive hoje um dos períodos mais difíceis da sua história democrática..." eE, para não deixar qualquer dúvida do drama, deixa-se no ar ao prenúncio ameaça de que o Ppaís enfrenta "uma perigosa ameaça de não cumprimento das nossas obrigações no quadro da União Europeia.". Conseguem, realmente, pintar um país de tanga, como descreveu Durão Barroso. O programa deste gGoverno e a postura do primeiro-ministro no debate parlamentar demonstra que o PSD ainda não conseguiu passar da oposição ao anterior Governo. É que ser governo não é só mudar de cadeiras na Assembleia da República. Assusta-me perceber a psicologia de mercearia que está por detrás desta estratégia de dizer mal de tudo, de pintar o Ppaís de negro e de nos acenarem com ameaças nebulosas de desgraças que ainda podem acontecer. É a velha técnica de "ou comes a sopa ou vem aí o papão". E nós, assustados e frágeis, comemos a sopa e damos graças por termos alguém a tomar conta de nós. Dá-me vontade de perguntar, num tom frágil como é suposto ter, - "Senhores, porque deixaramstes vós estes malfetores governarem? Porque tardaramste com a vossa espada de salvação? Porque não apresentaramste vós nenhuma moção de censura perante tanta maldade?"

A leitura integral do programa deste Governo deixa-nos uma sensação confusa de "soube-me a pouco" misturada com "não me estão a dizer tudo" e muitas vezes com a dúvida "o que é que isto quer dizer?". Posso dar Alguns exemplos desta confusa sensação: relativamenteQuanto á política de imigração encontrei, palavras bonitas, como *integração*, e *apoio*, bem e como a afirmação "Considerando que os recursos nacionais são escassos não se pode adoptar uma política de "porta aberta". Ddizem qual a política que não podem adoptar, não dizem qual a que adoptam. Meio de pára-queda, surge um singelo parágrafo sobre a grave questão dos resíduos industriais perigosos, que precisam de estudar - "A decisão assumida é no sentido da anulação do processo de co-incineração - tomada pelo anterior Governo, mas nem sequer concretizada ao longo dos seus seis anos de actuação - comprometendo-se o Governo a, de imediato, promover o

## A TANGA DO GOVERNO

**ELISABETE AZEVEDO**

MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL

EL.AZEVEDO@IOL.PT

levantamento rigoroso da situação, designadamente quanto à dimensão quantitativa dos resíduos a tratar, que se desconhece, e a apresentar ao País a solução alternativa a adoptar." Muito curiosa é uma expressão utilizada no capítulo social, quando falam da pobreza., *Aparece como objectivo o combater à cristalização dos vícios sociais.* O que é que isto quer dizer?

Não apresentam uma única linha sobre a reforma do sistema político, no que se refere à utilização do III Quadro Comunitário de Apoio e limitam-se a espalhar algumas expressões-frases chavão do género "melhor aproveitamento". São claros no objectivo de reforçar a autoridade do Estado e no objectivo deo controleo fiscal. Na economia, a privatização é a palavra de ordem, mesmo das empresas ligadas ao IPE que sejam lucrativas. O primeiro capítulo e o mais longo é o da Ddefesa, mas, seria demasiado maquiavélico atribuir este fenómeno à necessidade de o PSD agradar ao detentor desta pasta! Como também é a única área governamental que não vai ter redução orçamental...só pode ser porque afinal somos um grande ppaís! E aqui sou eu mesma que culpo o Governo anterior, - o mundo anda preocupado com a hegemonia americana e afinal nós também somos uma potência militar! Não vos perdo.

**Como é, também, inadmissível a facilidade e impunidade com que neste País, não sabemos a que pretexto, nem porque enigmáticas lógicas ou razões, se deturpam tanto as coisas.**

Na semana passada, em conversa com um amigo a propósito da actual conjuntura política e das recentes eleições autárquicas, fui surpreendido, a páginas tantas, com este seu desabafo: "Pois... se até o Tribunal de Contas, mais parece uma secção política do PSD."

Obviamente que se trata de um desabafo de um cidadão anónimo, sem qualquer correspondência com a realidade. Mas, não deixa de ser preocupante que uma instituição como o Tribunal de Contas, que todos desejamos e esperamos acima de toda e qualquer suspeita, tenha tido nos últimos tempos alguns procedimentos tão estranhos quanto susceptíveis de poderem dar azo a este tipo de comentários.

Por exemplo, alguns dias antes das eleições, ou seja, com uma precisão temporal - que não factual - verdadeiramente cirúrgica, o Tribunal de Contas veio acusar o Governo de desbaratar dezenas de milhões de contos (tantos!... que em sua douta opinião chegariam para construir uma outra travessia sobre o Tejo) na renegociação do acordo com a Lusoponte. Paradoxalmente, dois ou três dias após as eleições, o mesmo Tribunal de Contas veio dar o dito por não dito, ao emitir um parecer favorável a esse tal mesmo acordo, celebrado entre o Governo e a Lusoponte, que antes das eleições considerara gravemente ruinoso para o erário público.

Outro exemplo: Conhecida a disponibilidade de Ferro Rodrigues em se candidatar a secretário-geral do PS e consequentemente também a primeiro-ministro, o mesmo Tribunal de Contas, e com a mesmíssima precisão temporal, veio prontamente acusar a gestão do anterior ministro do Trabalho e da Solidariedade Social - como é sabido, na altura, Ferro Rodrigues - de alegadas irregularidades na capitalização das contribuições relativas a eventuais doenças profissionais, por alegado desvio indevido de cerca de 600 milhões de euros do Centro Nacional de Protecção contra Riscos Profissionais.

Depois da precipitada e inacreditável projecção crítica quanto à renegociação do acordo com a Lusoponte, que dizer de mais esta intempestiva conclusão do Tribunal de Contas, já que parece simplesmente incoerente a explicação dada pelo Governo de que esse montante, de 600 milhões de euros, não gasto no pagamento das prestações decorrentes dessas eventualidades de riscos profissionais, está capitalizado precisamente onde deve estar, ou seja, no Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, como decorre, aliás, da própria Lei de Bases. Como sempre, quer num quer noutra casos, as manchetes dos telegornais e da quase totalidade da

## COINCIDÊNCIAS ESTRANHAS!...

imprensa lançaram-se de forma impiedosa e implacável sobre o Governo, para gáudio geral e proveito político dos partidos da oposição, que não se fizeram rogados em explorar, até ao tutano, mais este "manjar," oferecido em bandeja dourada, de alegada incompetência e má gestão da coisa pública.

É, por isso, profundamente lamentável e a todos os títulos ética e democraticamente condenável, que instituições em quem as pessoas deveriam depositar inteira confiança tenham procedimentos tão estranhos. Como é, também, inadmissível a facilidade e a impunidade com que neste País, não sabemos a que pretexto, nem porque enigmáticas lógicas ou razões, se deturpam tanto as coisas.

Não menos incompreensível é que os "media", sempre tão diligentes a noticiar em grandes parangonas tudo o que lhes aparece, mesmo que de coisas infundadas, quando se trata da reposição da verdade dos factos, optem, quase sempre, por fazê-lo de uma forma tão superficial, sucinta e discreta que até a mais ingénua das criaturas se apercebe de qual o verdadeiro propósito.

Enfim, é o País que temos!... onde o sensacionalismo estéril e apocalíptico continua infelizmente - até quando? - a triunfar sobre a sensatez e o realismo das coisas.



**GIL FRANÇA**

# A SEMANA PREVISTA

SEG.

A próxima semana coincide com as comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio. Estas datas marcam indelevelmente a nossa História recente.

TER.

Sessão solene evocativa do 25 de Abril na Assembleia da República em que vai usar da palavra o nosso camarada João Soares em nome da bancada socialista.

QUA.

O Secretariado Nacional do PS realiza a sua habitual reunião das terças-feiras.

QUI.

A Associação 25 de Abril promove na sua sede em Lisboa um debate sobre "O verso e o reverso do PREC", no próximo dia 30, à noite.

SEX.

No âmbito das comemorações do 1º de Maio, a Concelhia do Barreiro do PS promove um jantar-debate em que serão oradores António Costa e Paulo Pedroso.

SÁB.

Em Bruxelas vai decorrer a *mini-plenária* de Abril para a qual estão previstas intervenções dos eurodeputados socialistas Paulo Casaca e Helena Torres Marques.

DOM.

A autarquias socialistas de Vila Franca de Xira e Coruche organizam colóquios, no âmbito das comemorações do 25 de Abril.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

**SEDE NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA**  
LARGO DO RATO  
1269 LISBOA  
TEL: 21 382 20 00 FAX: 21 382 20 16

**ALGARVE**  
LARGO PÉ DE CRUZ, 22  
8000 FARO  
TEL: 289 82 50 81 FAX: 289 81 33 61

**AVEIRO**  
RUA DR BARBOSA DE MAGALHÃES,  
3800 AVEIRO  
TEL: 234 42 83 3512 / 13 FAX: 234 42 83 35

**BAIXO ALENTEJO**  
RUA DR MANUEL ARRIGAGA, 42  
7800 BEJA  
TEL: 284 32 34 47 FAX: 284 32 16 22

**BRAGA**  
AV. PADRE JÚLIO FRAGATA, 112 - 1º - APART. 212  
4710 BRAGA  
TEL: 253 21 76 36 FAX: 253 61 66 32

**BRAGANÇA**  
AV. SÁ CARNEIRO EDIFÍCIO TRANSLANDE, LT 1 -  
LOJA C  
APARTADO 16  
5300 BRAGANÇA  
TEL: 273 32 42 20 FAX: 273 33 10 92

**CASTELO BRANCO**  
QTº DO AMIEIRO DE BAIXO LT 8 - 3º ESQ  
6000 CASTELO BRANCO  
TEL: 272 34 44 59 FAX: 272 32 65 95

**COIMBRA**  
RUA OLIVEIRA MATOS, 21  
3000 COIMBRA  
TEL: 239 82 39 11 FAX: 239 82 63 29



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvinogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelobranco@partido-socialista.pt  
**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao)  
E-mail [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
**Restelo - 1400-091 Lisboa**  
**Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240**

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
**Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa**



**Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**  
Junto envio o valor da assinatura

**Quero renovar a assinatura**  
Junto envio o valor da assinatura

- Cheque  
 Vale de correio  12 meses

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

**O valor das assinaturas  
de apoio é livremente fixado  
pelos assinantes  
a partir dos valores indicados**